



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

As influências das Agências de Controle e do Conservadorismo na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil.

Beatriz Ramos Santiago

Belém – PA

2025



As influências das Agências de Controle e do Conservadorismo na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil.

Beatriz Ramos Santiago

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Coorientador: Prof. Dr. Aécio de Borba Vasconcelos Neto

Belém – PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

S235i Santiago, Beatriz Ramos

As influências das agências de controle e do conservadorismo na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil / Beatriz Ramos Santiago. — 2025.

76 f.: il.

Orientador: Emmanuel Zagury Tourinho

Coorientador: Aécio de Borba Vasconcelos Neto

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2025.

1. Pesquisa experimental. 2. Análise do comportamento. 3. Homossexualidade. 4. Homofobia - Brasil. 5. LGBTfobia - Brasil.
I. Título.

CDD - 23. ed. 306.7660981

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Beatriz Ramos Santiago, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Beatriz Ramos Santiago.

Mail: biarsanti.99@gmail.com

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Beatriz Ramos Santiago

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente
Comportamento

Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: () Tese; (X) Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico;
() Trabalho de Evento; () Outro. Especifique: _____

Título do Trabalho: As influências das Agências de Controle e do Conservadorismo na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil.

Data da Defesa: 17/03/2025

Área do Conhecimento: Análise Experimental do Comportamento bases Experimentais e Histórico-Conceituais

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

(X) Sim

() Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(X) Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

() Sim

(X) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 20 / 03 / 2025

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor



Documento assinado digitalmente

BEATRIZ RAMOS SANTIAGO

Data: 02/06/2025 14:18:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Santiago, B.R (2025). As influências das Agências Controladoras e do Conservadorismo na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Belém-PA, 76 p.

Resumo

A LGBTfobia é caracterizada pela representação de vários tipos de violência direcionadas a pessoas que não vivenciam a sexualidade de acordo com a lógica cisheterocêntrica. A violência de ordem institucional é destacada neste trabalho, por ser ela mesma um possível fator de fomento às demais formas de violência contra a população LGBTQIA+. A LGBTfobia institucional, autorizada pela tradição conservadora de nosso país, é composta por algumas agências controladoras como o governo, a religião, a economia, a família e a educação. Assim, tomando como base os conceitos de Agências Controladoras propostos por B. F. Skinner e o entendimento da Análise do Comportamento como ferramenta para leitura teórica de fenômenos sociais com possibilidade de transformação social, o objetivo deste trabalho foi propor uma breve interpretação analítico-comportamental sobre como as Agências de Controle e o conservadorismo atuam na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil. Para tal, a pesquisa foi constituída pelas seguintes fases: a) formulação da pergunta de pesquisa; b) especificação de fontes relevantes; c) seleção de fontes; d) levantamento de informações; e e) tratamento das informações. Dentre as principais reflexões encontradas nesta pesquisa, estão: o destaque das diferenças entre os dois principais grupos envolvidos no fenômeno da LGBTfobia, a importância do contexto histórico brasileiro para a explicação das relações do país com o cisheterocentrismo e com a LGBTfobia, as implicações da ideia de que discursos (procedimentos de controle) sustentam práticas lgbtfóbicas, a análise de como estas práticas controladoras são selecionadas e se mantêm, a análise de práticas contracontroladoras no contexto de LGBTfobia e seus efeitos e do contexto de interação entre diferentes instituições controladoras no Brasil.

Palavras-chave: LGBTfobia; LGBTQIA+; Conservadorismo; Brasil; Agências Controladoras.

Santiago, B.R. (2025). The Influences of Controlling Agencies and Conservatism in the Construction and Maintenance of LGBTphobia in Brazil. Master's Thesis. Graduate Program in Behavior Theory and Research. Belém, PA, 76 pages.

Abstract

LGBTphobia is characterized by various forms of violence directed at people who do not experience sexuality according to the cisheteronormative logic. Institutional violence is highlighted in this work, as it can be a key factor in fostering other forms of violence against the LGBTQIA+ population. Institutional LGBTphobia, sanctioned by the conservative tradition in our country, is composed of several controlling agencies, such as the government, religion, the economy, family, and education. Based on B.F. Skinner's concepts of Controlling Agencies and the understanding of Behavior Analysis as a tool for the theoretical interpretation of social phenomena with the potential for social transformation, the aim of this work was to propose a brief behavioral-analytic interpretation of how Control Agencies and conservatism act in the construction and maintenance of LGBTphobia in Brazil. Among the key reflections found in this research are: the emphasis on the differences between the two main groups involved in the phenomenon of LGBTphobia, the importance of Brazil's historical context in explaining the country's relations with cisheteronormativity and LGBTphobia, the implications of the idea that discourses (control procedures) sustain LGBTphobic practices, the analysis of how these controlling practices are selected and maintained, the analysis of counter-controlling practices in the context of LGBTphobia and their effects, and the context of interaction between different controlling institutions in Brazil.

Keywords: LGBTfobia; LGBTQIA+; Conservatism; Brazil; Controlling Agencies.

Sumário

Introdução	8
Método	15
Fase 1: Formulação da Pergunta de Pesquisa	16
Fase 2: Especificação de fontes relevantes para a Pesquisa	17
Fase 3: Seleção de Fontes.....	18
Fase 4: Levantamento de Informações	24
Fase 5: Tratamento das Informações	25
Descrição de dados e Discussão	26
Agências de Controle, Análise do Comportamento e instituições Sociais	26
Agentes Controladores: mas de quem afinal estamos falando?	28
Origem do Poder: Cisheterocentrismo e conservadorismo no Brasil	29
Quais são as práticas controladoras?	37
Efeitos das Práticas Controladoras	45
Manutenção das Práticas Controladoras	48
Resistência às práticas controladoras e seus efeitos	50
O jogo Institucional: intercessão e tensão entre poderes	52
Considerações Finais.....	59
Referências	61

Introdução

Kitzinger (2005) afirma que a cisheteronormatividade é definida por regras e padrões sociais que assumem a heterossexualidade e cisgeneridade como natural ou normal dentro do campo sexualidade. Para a autora, existem expectativas sociais de como as pessoas devem se comportar de acordo com seu sexo biológico e estas expectativas assumem supostas formas corretas de existência, enquanto outras orientações sexuais e identidades de gênero são marginalizadas. Para Kitzinger (2005) a cisheteronormatividade está relacionada com a LGBTfobia porque as regras e padrões sobre orientação sexual e identidade de gênero geram violência contra a população LGBTQIA+.

A LGBTfobia é definida pela manifestação do medo, aversão e violência contra pessoas e contextos que de alguma forma desafiam a cisheteronormatividade. (Kitzinger, 2005; Pocahy, 2007; Worthen, 2016). As práticas podem ser classificadas por comportamentos violentos, incluindo emoções, crenças, prejulgamentos e convicções negativas acerca de ou direcionados a pessoas da comunidade LGBTQIA+. Além disso, as práticas discriminatórias também podem se caracterizar por condutas, procedimentos, leis, dispositivos ideológicos, teorias, mitos, doutrinas e argumentos de autoridade (Borrillo, 2001; Freire & Cardinali, 2012).

A sigla LGBTQIA+ compreende a tentativa de representação da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, pessoas queer, pessoas intersexo, assexuais e travestis. O símbolo de + na sigla faz referência às ilimitadas orientações e identidades sexuais ainda possíveis dentro da comunidade (Kitzinger, 2005; Pocahy, 2007; Worthen, 2016). A utilização da sigla LGBTQIA+ foi escolhida por ser a mais recorrentemente utilizada pela literatura consultada na elaboração deste trabalho. Apesar do caráter mutante do termo, que recorrentemente passa por modificações à medida em que há o reconhecimento de novas letras ao espectro, a grafia do sinal positivo (+) é uma forma de reconhecer a inconstância da sigla. A importância da padronização da sigla em contexto científico serve para facilitar a localização do fenômeno exato que estamos falando.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) elaboraram o Atlas da Violência de 2019, um documento que apresenta dados sobre a realidade LGBTfóbica no Brasil. A seção sobre LGBTfobia é iniciada com uma crítica sobre

a ausência de iniciativa de registros de episódios violentos específicos para essa população, negligência que em si mesma já configura uma violência. De acordo com estas organizações, o IBGE não realiza este tipo de levantamento e no contexto policial não há qualquer distinção documentada sobre incidências de crimes contra a população LGBTQIA+. Neste sentido, não há catalogação de dados importantes, o que torna difícil o planejamento de políticas públicas protetivas específicas para a comunidade. Dada a ausência de um registro específico, os dados apresentados pelo Atlas são retirados de fontes como o DISQUE 100¹.

Um dos principais dados trazidos pelo Atlas é o número de denúncias, incluindo lesões corporais, homicídios e tentativas de homicídio. Segundo o documento, entre os anos de 2011 e 2017 foram registrados 12.477 casos de denúncia, que atingiram seu número máximo durante o ano de 2012, com 3031 casos. Os registros de lesão corporal no período de 2011 e 2017 totalizaram 2619 casos, e o ano de 2012 também contabilizou o maior número de incidências, com 783 casos. Enquanto o número de denúncias de violência e lesão corporal diminuíram ao longo dos anos de 2011 a 2017, houve um aumento do número de registros de homicídios. Entre os anos de 2011 e 2017 foram registradas 179 tentativas de homicídio contra pessoas LGBTQIA+, já os registros de homicídio totalizaram 391 casos. Dos 5 casos de homicídios em 2011, houve um salto para 193 casos em 2017, um crescimento de 3760%

A LGBTfobia é uma marca do cisheterocentrismo e compreende uma perseguição contra a população LGBTQIA+ que é sistemática, velada e silenciosa (Pocahy, 2007; Rios, 2007). A ideia de homem cis e mulher-cis (pessoas que se identificam com o sexo biológico de nascimento) relacionada à reprodução e à instituição de família, casamento e reprodução estão em jogo quando falamos em bases materiais e sociais que sustentam o preconceito (Kitzinger, 2005; Worthen, 2016). No caso brasileiro, temos a interferência forte da religião cristã na política e na educação, de tal forma que muitas vezes as fronteiras sequer são percebidas (Quadros & Madeira, 2018). Assim, a comunidade LGBTQIA+ não é composta simplesmente por pessoas com uma identidade ou orientação diferente da normalizada, ela compreende sujeitos que embaralham a lógica capitalista de reprodução, de sentido de vida e experimentação da sexualidade em sociedade (Menezes, 2018; Pocahy, 2007).

¹ O DISQUE 100 é um serviço do Governo Federal que tem por objetivo informar sobre os direitos humanos de grupos vulneráveis como: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em restrição de liberdade, população LGBTQIA+, bem como ser receptor de denúncias de violações de direitos humanos. O serviço funciona por 24h e as ligações podem ser feitas de todo Brasil (Denunciar Violação de Direitos Humanos - Português (Brasil), n.d.)

Embora os dados citados sejam importantes para a compreensão do fenômeno da LGBTfobia, é necessário olharmos para a violência institucionalizada, que contribui para a ocorrência da violência explícita. Esta ideia é sustentada quando analisamos os dispositivos de opressão, que não se dão apenas face a face, mas também a nível institucional. De acordo com Sena (2020), os dispositivos de opressão são definidos por normas ou práticas sociais que fortalecem mecanismos de discriminação social. Neste sentido, a LGBTfobia institucional é vista por meio de normas ou práticas provenientes do governo, religião, família, educação e suas respectivas associações (Borrillo, 2010; Sena, 2020). Esta é uma forma de opressão que ocasiona o apagamento de direitos sociais, políticos e econômicos de pessoas LGBTQIA+ (de Alencar et., al, 2018; Melo, 2020; Rios, 2007). Com isso, a distribuição de oportunidades de estudo, emprego e protagonismo na representação e atuação em cargos políticos é pouco expressiva e quando existem são feitas de forma desigual (da Costa, 2007; Menezes, 2018; Pereira, 2018).

Exemplos podem ser observados com o dado de que raramente grandes empresas contratam funcionários da comunidade LGBTQIA+ para cargos de liderança. Os motivos não parecem estar relacionados à competência técnica (Alencar et., al, 2018; Ferreira, 2016; Silva, 2016). Essa distorção é explicada por Pordeus e Viana (2021) pelo fato de que a elite brasileira cisheterocêntrica é historicamente detentora do poder capitalista e, consequentemente, do poder moral e social. Para os autores, a elite brasileira é um grupo social que detém poder econômico e político e é privilegiada pela manutenção da desigualdade social. Deste modo, não há igualdade na competição por uma vaga de trabalho no mercado, já que grande parte das organizações brasileiras se remetem a uma lógica excludente e proporcionam acesso a bens apenas àqueles que performam a idealização cisheteronormativa de vida (Alencar et., al, 2018; Pordeus e Viana, 2021)

O trabalho de Teixeira (2019) rastreou todos os projetos de lei que tramitavam ou tramitaram no Congresso Nacional em promoção da diversidade. De acordo com o levantamento, existem oito projetos de lei que procuram criminalizar a LGBTfobia; entretanto apenas três deles foram submetidos a parecer: os Projetos de Lei nº 122/2006/, nº 7582/2014 e nº 515/2017. O trâmite dos projetos restantes sequer pôde ser rastreado, muito menos pareceres legislativos acerca deles. Ainda de acordo com Teixeira (2019), os pareceres emitidos pelos parlamentares ganham destaque ao enfatizar o papel da bancada evangélica no discurso que sustenta práticas legislativas desfavoráveis à aprovação de tais projetos. Assim, por exemplo, em seu parecer sobre o PL Nº 122/2006, a então senadora Marta Suplicy

pondera e relativiza a criminalização de condutas LGBTfóbicas em nome da liberdade religiosa. Por conta deste cenário, projetos que tramitam no congresso desde 2003 nunca foram aprovados, o que ocasiona a perda da oportunidade de criação de políticas públicas nacionais que não somente punam ou criminalizem práticas discriminatórias e opressoras, mas que também promovam a cultura do viver bem com a diversidade sexual.

Os projetos de lei sequer analisados pelos parlamentares servem como exemplo para ampliar a perspectiva das violências institucionais. Para Dias (2012) as ações ou inações públicas e nas políticas públicas refletem os comportamentos das pessoas que detêm o poder. Neste sentido, o “não parecer” também é um parecer e o “não projeto” também significa um projeto de poder. É também interessante destacar que as aprovações ou desaprovações estão sob controle da história de vida, de aprendizado e de valores de quem detém poder, e a agenda legislativa (aquilo de mais importante e prioridade na gestão pública) é influenciada por este contexto (Teixeira 2019; Serafim & Dias, 2012).

Tomemos como outro exemplo o impedimento da distribuição da cartilha oriunda do Projeto Escola sem Homofobia lançada em 2010 e apelidada como “Kit Gay” por indivíduos contrários à sua divulgação. Naquele momento vemos a interação de várias instâncias de poder sobre a sexualidade e o fomento da LGBTfobia. Vale lembrar que este Programa foi duramente criticado pelo ainda Deputado Federal Jair Bolsonaro e por vários outros parlamentares da ala conservadora brasileira (Serrano et al., 2020). Anos depois, já em seu primeiro pronunciamento como Presidente, Bolsonaro coloca como um dos seus principais alvos o combate ao que chamou de ideologia de gênero², com o compromisso de restaurar a família e a moral brasileiras (Pordeus e Viana, 2021; Serrano et al. 2020).

De acordo com Holanda (1995), a família tradicional brasileira desempenha um papel fundamental na propagação de normas e práticas conservadoras e é caracterizada pelo autor como uma instituição central na vida dos brasileiros. De acordo com o que é observado na polêmica com a cartilha, há um contraste de ideias, de um lado família tradicional brasileira e de outros grupos ou segmentos em prol da diversidade. Neste sentido, há uma diferença essencial aqui que se refere a propostas de gestão pública e de desenvolvimento da sociedade.

² De acordo com Miskolci e Campana (2017) o que tem se chamado de ideologia de gênero caracteriza-se como uma estratégia discursiva de resistência em relação a pautas progressistas sobre direitos sexuais e reprodutivos. O temor ocasionado pelo discurso da ideologia de gênero é embasado em muitos discursos sociais que a atestam como uma ideologia que procura estabelecer controle totalitário sobre os indivíduos e uma “nova antropologia” não congruente com valores sociais morais de uma sociedade conservadora (Scala, 2010). A luta travada contra a chamada ideologia de gênero se mantém em escala global como em alguns países da Europa e América Latina (Kóvatz & Poim, 2015).

A visão chamada de conservadora entende o desenvolvimento social a partir dos valores tradicionais e das instituições. De acordo com esta proposta conservadora a ideia de Estado grande e produtor da igualdade de condições entre indivíduos apaga as diferenças (e privilégios) entre os seres humanos. Neste sentido, como discutido por Almeida (2018) numa posição conservadora, a diferença não é valorizada como incentivo ao respeito, mas como determinante na distribuição de capital, como visto no trecho: “abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória ‘sociedade sem classes’ levaria a uma degradação cultural sem precedentes” (p. 28).

As relações assimétricas de poder (por exemplo, a manutenção das classes sociais e de suas respectivas) são inevitáveis à existência do sistema capitalista (de Almeida, 2018; Fernandes, 2019). De acordo com Karl Marx (1867) as classes sociais são definidas pela posição das pessoas nos processos de produção de uma sociedade capitalista, nesta perspectiva as principais classes identificadas são denominadas burguesia e proletariado. Assim, é possível perceber, a partir desta ideologia, a necessidade da afirmação de formas de viver congruentes com sistemas morais tradicionais como mecanismo da manutenção do capitalismo.

Diante de tudo isso, é importante observar as interações entre as instituições aqui citadas, como o governo, a religião, a economia, a família e a educação. Como demonstrado, essas instituições funcionam como dispositivos para a manutenção de violências contra a população LGBTQIA+ (Ferreira, 2016). Além disso, o episódio dos ataques ao Programa Escola sem Homofobia, serve como ilustração tanto de uma violência institucionalizada que sustenta a LGBTfobia. De acordo com autores como Burke (1997), Gahyva (2017) e Nisbet (1987), o conservadorismo é uma perspectiva política e filosófica que valoriza as diferenças individuais e a manutenção das tradições na sociedade e para Ferreira (2016) este tipo de perspectiva está nas principais instituições de nosso país.

Diante das tensões de poder e transformação de realidade material e social podemos recorrer às reflexões de Skinner (1953/2003) sobre a importância de questões que envolvem temáticas institucionais e sociais (Fernandes, 2020). Em *Ciência e Comportamento Humano* (1953/2003), Skinner sistematiza o que pensava sobre as instituições, a vida em sociedade e a influência que estas instituições tinham no comportamento das pessoas. O autor apresenta uma interpretação comportamentalista da cultura, da vida coletiva, dos sistemas sociais e de seus códigos de conduta ética, moral e política.

A partir da análise de determinados grupos sociais especiais, Skinner (1953/2003) apresenta o conceito de agências controladoras. Uma agência controladora é definida como um grupo que exerce controle sobre cada um de seus membros, com o poder de dispor contingências de reforçamento e punição. A diferença das agências de controle para qualquer outro grupo é que elas possuem um nível maior de organização (Skinner, 1953/2003). As agências apontadas e analisadas por Skinner (1953) foram o governo, a economia, a religião, a educação e a psicoterapia. A partir disso, Skinner (1953/2003) procurava explicar o controle da cultura sobre o indivíduo.

A interpretação de Skinner (1953) sobre as Agências Controladoras dedica-se a explorar as relações de poder estabelecidas em contextos como o governo, a religião, a economia, a educação e a psicoterapia e quais podem ser as práticas controladoras empregadas por conta deste poder. Diante disso, o entendimento das Agências Controladoras nos remete ao que Skinner (1953/2003) chamou de *Sistema Social Complexo* (p. 335). O Sistema Social Complexo é formado por dois polos: controlador *versus* controlado. O controlador é a pessoa que tem maior possibilidade de manipular variáveis que afetem outros indivíduos (Moraes et. al, 2017; Skinner 1953/2003). É por meio da Agência Controladora que o controlador tem acesso a determinadas variáveis do ambiente que dão oportunidade para que ele exerça controle sobre o controlado. O controlado é afetado pelas práticas do controlador. O efeito geral no controlado por meio do Sistema Social Complexo gera a retroação reforçadora que mantém a Agência Controladora funcionando (Skinner, 1953/2003).

Os exemplos que ilustram a LGBTfobia brasileira podem ser entendidos por meio da lógica comportamentalista de sistemas sociais complexos e Agências Controladoras. O episódio do ataque ao programa Escola sem Homofobia do MEC (2010), a luta contra a ideologia de gênero, a falta de oportunidades de emprego e representatividade políticas e da negligência em relação a projetos de lei em prol da comunidade LGBTQIA+ são protagonizados pelo governo, religião, educação e economia. Estes exemplos parecem representar as instituições *intervindo, interditando, permitindo ou deixando de permitir* sobre a vida de muitas pessoas. Uma parcela da população, que detém acesso a manipulação de contingências de reforço e punição a um grande número de pessoas utiliza-se deste poder para punir ou reforçar determinados padrões de comportamento. Neste caso é bem interessante notar que as agências controladoras se interpelam: o governo é associado à

religião e moral cristãs, que por sua vez instrumentalizam na educação uma forma de reprodução de agenciamento e controle.

Diante do ataque aos direitos da população LGBTQIA+ podemos pensar na Análise do Comportamento como ferramenta de transformação social para esta demanda. Sabemos que a ciência do comportamento é constituída de uma base filosófica que pode proporcionar contexto ao desenvolvimento de tecnologias em favor do bem-estar social (Skinner, 1953/2003, 1974/2006, 1978, 1991) . Outros analistas do comportamento também refletem sobre o grau de compromisso da ciência comportamental como ferramenta de redução da desigualdade social. Neste sentido, a Análise do Comportamento poderia contribuir a serviço da comunidade no combate às injustiças sociais e qualquer tipo opressão, mantendo-se, portanto, consistente com as diretrizes éticas do Comportamentalismo Radical (Baires & Koch, 2019; Carrara et al., 2013; Couto & Dittrich, 2017; DeFelice & Diller, 2019; Mizael & Pinheiro, 2019; Ruiz, 1995, 1998, 2003; Silva & Laurenti, 2017, Holland 1989).

Podemos utilizar a Análise do Comportamento como ferramenta para quebrar paradigmas que circulam por diferentes contextos que envolvem as minorias e refletir sobre quais são as pessoas que estão num lugar de vivenciar sofrimento e opressão. É neste contexto em que falamos da importância de proteção social em favor de grupos como a comunidade LGBTQIA+. De acordo com Costa-Júnior (2020), Mussi e Malerbi, (2020) e Fazzano e Gallo, (2015) interpretações teóricas e críticas sobre a sexualidade humana e o comportamentalismo podem ser caracterizadas como proposições de projetos em defesa dessa população. Aliás, esse já é um assunto especificamente tratado como preocupação e prioridade de analistas do comportamento no cenário internacional (Conine et al., 2022; Szabo, 2020).

A intercessão entre Análise do Comportamento e questões afirmativas da comunidade LGBTQIA+ é uma combinação relativamente recente. Um dos primeiros trabalhos relacionados foram encontradas na revisão feita por Carvalho et al., (2011) e por Costa-Júnior (2020) que encontraram alguns estudos que reforçam o estereótipo de violência e opressão. Contudo, de acordo com revisão recente realizada por Cravo et al., (2022) foi observada uma aceleração positiva em relação ao contingente de trabalhos de estudo de caso, experimentais ou conceituais que relacionavam sexualidade e Análise do Comportamento. A maioria dos trabalhos recentes nesta área estão alinhadas a uma perspectiva propositiva de respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Dentre algumas correntes que vêm sendo estudadas na área de comportamentalismo-gênero e sexualidade humana, destacam-se os trabalhos (e.g., DeFelice & Diller, 2019; Nicolodi & Arantes, 2019; Ruiz, 1995, 2003). O estudo DeFelice e Diller (2019) aborda o quanto analistas do comportamento devem considerar as influências da interseccionalidade no comportamento das pessoas, indicando possíveis pontos de estudo convergentes a como as contingências sociais de reforçamento e punição se formam e mantêm o padrão de desigualdade. A pesquisa de Nicolodi e Arantes (2019) e Ruiz (2003) segue a mesma lógica, embora o padrão observado esteja voltado para contingências relacionadas ao patriarcado e desigualdade de gênero. Diante do cenário de superação destas contingências sociais opressivas, temos Ruiz (1995) com a tentativas de aproximação entre o behaviorismo radical e a teoria feminista a partir de alguns conceitos chaves, estudados pela análise do comportamento, como por exemplo a ideia de agências controladoras. Estes trabalhos auxiliam na discussão da superação da violência como modificação de uma cultura com predominância de contingências aversivas e coercitivas (práticas violentas) para reforçadoras positivas (práticas que promovam justiça e a diversidade sexual) (Lanoni, 1997; Menezes, 2005; Silva et al., 2007; Sant'Ana, 2003; Sant'Ana et al., 2018; Walendorff et al., 2014; Batista et al., 2014). Entretanto, parece ainda que é necessário entender como a seleção de práticas sociais violentas à comunidade LGBTQIA+ se mantêm e como podem ser modificadas, já que essas análises foram feitas majoritariamente para a desigualdade de gênero de forma mais robusta.

Diante do contexto de violências contra a população LGBTQIA+, do contexto de influência do conservadorismo em importantes instituições brasileiras, da importância do entendimento das Agências de Controle na vida em sociedade e da Análise do Comportamento como ferramenta de transformação social, o presente trabalho pretende propor uma interpretação analítico-comportamental acerca de como as agências de controle e o conservadorismo influenciam a construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil.

Método

Essa pesquisa teórica-interpretativa seguirá determinadas diretrizes comportamentais apontadas por Borba (2024 no prelo) em sua análise. Trata-se de (1) uma interpretação baseada em princípios relacionais e funcionais, que entende o objeto de estudo como constituído por relações comportamentais que estão em função de um meio ambiente, de

acordo com sua interação; e (2) uma perspectiva selecionista diante dos fenômenos encontrados, o que significa a noção de que relações comportamentais são estabelecidas e selecionadas em função do contato de determinado organismo com o ambiente. A validade por fim, dessa interpretação deve ser dada de acordo com sua utilidade na comunidade geral e científica, além de ser coesa com o sistema teórico comportamentalista.

Um fator importante na caracterização metodológica de pesquisas teóricas é estabelecer bem claramente o que significa interpretar, já que a interpretação é uma ferramenta fundamental à construção teórica. Interpretação é somente extrair literalmente o significado do texto? Ou seria a construção argumentativa do intérprete diante do que leu? Neste sentido, qual perspectiva seria válida cientificamente? Por conta das multiplicidades de sentidos que a linguagem nos faz entrar em contato, é correto assumir que um texto não possui apenas um significado, entretanto, para que possamos manter o rigor científico, algumas interpretações são aceitas, mas nem todas (Eco, 1992/2001; Laurenti & Lopes, 2016). Tudo dependerá dos critérios utilizados para validar a análise, critérios estes que são construídos a partir do que os limites do texto são capazes de nos comunicar.

É apenas por meio da explicação da trajetória metodológica de uma pesquisa teórica que o itinerário técnico-científico pode ser questionado diante da produção de determinada afirmação. Entretanto, com pesquisas teóricas não esperamos que por meio do método se consiga alcançar exata reprodutibilidade de dados. Como ressaltado por Borba (2024), a impressão e criatividade na pesquisa teórica é permitida nas categorias de análise, que apesar de construídas sob determinado rigor metodológico nunca serão idênticas de intérprete para intérprete. As categorias de análise podem ser frases, pontos de discussão ou eixos temáticos de uma pesquisa teórica elaborados pelo pesquisador e que ajudam ou que ofereceram base para a responder à pergunta de pesquisa.

Seguindo os pressupostos filosóficos apresentados até então, para a realização deste trabalho, escolhemos como estratégia metodológica de produções investigativas relacionadas a análises teórico-conceituais dentro da Análise do Comportamento. Esta estratégia pode ser visualizada no trabalho de Tourinho (2006) e em outros subsequentes como Borba (2007) e Santos (2019). Todos eles seguem cerca do mesmo trajeto metodológico, com algumas adaptações ao longo do tempo e da informatização/tecnologização da sociedade e dos bancos de dados científicos. O trajeto de construção da análise escolhido será apresentado a seguir.

Fase 1: Formulação da Pergunta de Pesquisa:

Esta é uma das fases principais da pesquisa e servirá como diretriz para a realização das fases subsequentes. Neste momento a pesquisadora procurou delimitar qual fenômeno será seu objeto de estudo, possíveis literaturas relacionadas ao assunto foram selecionadas. Após leitura de literatura sobre o assunto, a tentativa de delimitação de um tema e uma problemática que esteja relacionada ao tema é realizada. No caso deste trabalho, a pesquisadora iniciou³ suas investigações com produções científicas direcionadas ao assunto sexualidade. Neste momento, foram coletadas informações por meio de plataformas como Google Acadêmico e Periódico Capes. Os textos para delimitação da pergunta de pesquisa poderiam ser de analistas do comportamento, mas também de sociólogos, assistentes sociais, filósofos, entre outros. Após a delimitação de um fenômeno (a LGBTfobia institucional no Brasil), a pesquisadora retornou às plataformas Google Acadêmico e Capes e pesquisou literaturas relacionadas ao Conservadorismo e Agências de Controle, com as leituras preliminares aqui se supôs uma relação entre Conservadorismo, Agências de Controle e LGBTfobia. Após o contato com as respectivas literaturas a pergunta de pesquisa formada foi a seguinte: *Como as Agências de Controle e o conservadorismo atuam na construção e manutenção da LGBTfobia no Brasil?*

Fase 2: Especificação de fontes relevantes para a Pesquisa:

Neste momento foi realizada consulta em três tipos de fontes diferentes. A primeira fonte relevante foi a de “*literatura Analítico-comportamental*” que abordasse temas como Agências de Controle e Práticas Culturais e questões relativas à pergunta de pesquisa. A segunda fonte foi a de literatura geral e/ou analítico-comportamental sobre “*LGBTfobia no Brasil*” e a terceira fonte, sobre literatura geral e/ou Analítico-comportamental sobre “*Conservadorismo no Brasil*”. Para o levantamento das fontes utilizadas foi realizada uma divisão de acordo com os três tipos de fontes diferentes.

³ A formulação da pergunta de pesquisa, a rigor, não é tradicionalmente apresentada no método, pois ela precede e é essencial para a identificação de um método para responder a essa pergunta (Laurenti et al., 2024). Contudo, a apresentamos aqui por se tratar de uma elaboração que acontece após processos de leituras exploratórias gerais, e orienta as decisões metodológicas que são feitas após o processo de leitura geral do tema da pesquisa, e sua explicitação é a base para as decisões seguintes. Para a suposição de que havia uma relação entre Conservadorismo, Agências de Controle e Lgbtfobia, a pesquisadora precisou entrar em contato com outras leituras e esse movimento não foi sistemático, portanto, se diferencia da fase de formulação e não é descrito no método.

Assim, para o eixo *“Literatura Analítico-Comportamental”* a pesquisadora selecionou, a partir de conhecimento prévio das obras, materiais completos que tratavam do conceito das Agências de Controle, explicitando em algum capítulo ou seção sua conceituação, funcionamento e possíveis relações com a cultura. Sendo assim, as seguintes fontes foram selecionadas: *“Ciência e Comportamento Humano”*, de Skinner (1953/2003); *“Uma Análise Conceitual das Agências Controladoras e sua relação com a sobrevivência das Culturas”*, de De Souza (2018); e *“Cultura, Economia, Educação, Governo e Política”*, de Fernandes (2020). Vale lembrar que o objetivo deste eixo foi fornecer o material necessário para que a pesquisadora elaborasse uma interpretação comportamental do funcionamento das Agências de Controle sob diferentes perspectivas. Como discutido por Borba (2024), a própria pergunta de pesquisa define e impacta sobre as ferramentas conceituais a serem utilizadas e enfocadas dentro de uma pesquisa. No caso desta pesquisa, as questões envolvendo a ação de grupos organizados e detentores de poder sobre a apresentação de contingências de reforçamento para um grande número de pessoas (ou seja, as agências de controle; Skinner, 1953/2003) pareceram centrais na literatura. A pesquisadora gostaria de destacar antecipadamente, entretanto, que outras alternativas conceituais poderiam ser utilizadas, como discussões a partir da seleção cultural e relações de metacontingências (e.g., Glenn et. Al., 2016), análise de regras e o milieu cultural (Houmanfar, 2020) análise de matriz (e.g., Mattaini, 2020), entre outras.

Para o eixo *Conservadorismo no Brasil* adotou-se a busca no Periódico Capes por assunto. A pesquisadora não restringiu base de dados nesta etapa por ser coerente com o objetivo da pesquisa a coleta de artigos de diferentes áreas do conhecimento. A estratégia utilizada foi a seguinte: *Abstract: (“brazil”) AND (“conservatism”)* e com os filtros “somente artigos” e período de tempo: 2016 a 2023. Após a busca foram retornados 266 artigos para serem avaliados pelos critérios de seleção. O objetivo deste eixo foi fornecer conteúdo sobre o conservadorismo no Brasil.

Já para o eixo *“LGBTfobia no Brasil”* também se adotou uma trajetória de busca no periódico Capes por assunto. A estratégia utilizou o filtro “somente artigos” e o período de tempo de 2016 a 2023. Após a busca foram retornados 249 artigos, que posteriormente passaram pelos critérios de seleção. O objetivo deste eixo foi fornecer conteúdo sobre o fenômeno da LGBTfobia institucionalizada no Brasil. Abaixo a estratégia de busca utilizada: *Abstract: (“brazil”) AND Abstract: (“homophobi” OR “lesbophobi” OR “biphobi” OR*

“transphobi” OR “queerphobi” OR “interphobi” OR “intersexphobi” OR “acephobi” OR “lgbt” OR “heterossexis” OR “cisheterossexis”).

Fase 3: Seleção de Fontes:

A seleção de fontes foi realizada por meio de uma análise preliminar a partir da leitura dos títulos, resumos ou palavras-chave dos materiais bibliográficos encontrados. Para os conjuntos de fontes “*Conservadorismo no Brasil*” e “*Lgbtfobia no Brasil*” tivemos como critério de exclusão a retirada de materiais (1) que após a avaliação preliminar não ajudem a responder à pergunta de pesquisa, (2) que sejam repetidos; (3) que não lidem com os fenômenos encontrados de maneira cultural/social, (4) que lide com a pergunta de pesquisa de forma transversal; (5) que não estavam disponíveis gratuitamente para download, (6) que não compreenderem o período histórico selecionado (escolhido por compreender uma fase de fortalecimento do conservadorismo e direita no poder (Ferreira, 2016) (7) que não ofereciam a ferramenta copiar/colar ao serem abertos no leitor de textos. . Após a aplicação dos critérios de exclusão, do total de 515 textos encontrados, 266 (eixo dois) e 249 (eixo três) um total de 54 textos foram selecionados para a coleta de informações, 21 (eixo dois) e 34 (eixo três).

Título	Autores	Ano
A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros	Messenberg, D.	2017
Notas sobre o conservadorismo: elementos para a definição de um conceito	Gahyva, H.	2017
Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil	Quadros, M., & Madeira, R.	2018
Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus	Carranza, B., & Vital Da Cunha, C.	2018
BOLSONARO PRESIDENTE: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira	De Almeida, R.	2019
Folk theories of gender and anti-transgender	Rad, M.,	2019

attitudes: Gender differences and policy preferences	Shackleford, C., Lee, K., Jassin, K., & Ginges, J.	
Uma Análise Histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade	Aragusuku, H., & Lara, M.	2019
Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas	Alencar, G.	2019
“Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade	Leite, V.	2019
Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de sorocaba-sp e sua intersecção com saúde mental	Sara Laham Sonetti, & Marcos Roberto Vieira Garcia.	2020
The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections	Rennó, L.	2020
Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema	Sousa Júnior, C., & Mendes, D.	2021
Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século	González, R., Baquero, M., & Grohmann, L.	2021
Construction of LGBT health policies in Brazil: a historical perspective and contemporary challenges.	Ferreira, B. de O., & Nascimento, M..	2022
Authoritarianism and Right-Wing Voting in Brazil	Vidigal, R.	2022
Conservadorismos, Fundamentalismo Protestante E Democracia No Brasil: Uma Compreensão Em Chave Pós-Estruturalista	Souza, R., & Silva, J.	2022
Statecraft under God: Radical Right Populism meets Christian Nationalism in Bolsonaro’s Brazil	Barbosa, R., & Casarões, G.	2022

Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira	Lima, I., Golbspan, R., & Santos, G.	2022
Exposing Fascism: The Rise of Bolsonarismo and the Naked Politics of Brazil's First Trans Men's Football Team	Snyder, C.	2023
Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil	Silva, R.	2023
Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero	Moura, C., & Silva, P.	2023

Título	Autores	Ano
Racionalidade online: provimento de razões em discussões virtuais	Mendonça, R. F., & Amaral, E. F.	2016
Sexual diversity, political parties and elections in contemporary Brazil	da Costa Santos, G. G.	2016
Tensões e contradições nos discursos políticos sobre o combate à homofobia no contexto da escola brasileira	Oliveira, C. E. D., Alberto, M. D. F. P., & Bittencourt, N. D. F. B.	2016
Homofobia na Escola: algumas posições assumidas por instituições de Psicologia no Brasil	de Almeida, H. R. A., Maia, L. M., & Chaves, H. V.	2016
Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo	Santos, G. G. D. C.	2016
Sexualidades e políticas públicas: uma abordagem queer para tempos de crise democrática	Motta, J. I. J.	2016
A experiência do projeto de extensão una-se contra a lgbtfobia: ações a favor de uma cultura do respeito à diversidade sexual e de gênero no ambiente	Reis, R. A., Dias, J., & Benitez, G.	2017

universitário (Dossiê Gênero e violência na população LGBTTQIA no Brasil)		
Homofobia: uma praga cristã (Dossiê Gênero e violência na população LGBTTQIA no Brasil)	de Barros Mott, L. R.	2017
Da saúde pública à homofobia: spillover e as transformações nas reivindicações do movimento LGBT em interações com o Estado	Pereira, M. M.	2017
Movimento LGBT e luta anticapitalista: um elo necessário	Horst, C. M.	2017
LGBTI refugees”: Rights and narratives interlinking gender, sexuality and violence	França, I. L.	2017
A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay	Quintão, G. F.	2017
Administração do terceiro setor: desafios enfrentados na gestão de ONG LGBT	Pompeu, S., & Rohm, R.	2018
"Ideologia de gênero": estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso	Lionâço, T., de Oliveira Alves, A. C., Mattiello, F., & Freire, A. M.	2018
Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017)	Aragusuku, H. A., & Lopes, M. A. D. S.	2018
Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão	Pereira, M. M.	2018
Social representations of primary health care workers about lgbt people	Silva, A. L. R. D., Finkle, M., & Moretti-Pires, R. O.	2019
Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da	Gama, M. C. B. D.	2019

homossexualidade		
Queer Anthropophagy: Building women-centered LGBT+ space in Northeastern Brazil	Nicholus, S.	2020
Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014)	Pereira, M. M.	2020
Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT	Natividade, M.	2020
Capitalismo e razão neoliberal: ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil	Garcia, C. C., Silva, F. M. D., & Sanchez, M. H.	2020
Queer bodies, sexual health and the micro-biopolitics of resistance in the brazilian amazon	Sena, J.	2020
Ativismo Institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares	Pereira, M. M.	2020
Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses ...	Silva, M. P. D., & Silva, L. S. D.	2021
O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira	Miguel, L. F.	2021
Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários	Zin, G. de O., Gama, V. D., & dos Reis, M. D. J. D.	2022
Relação entre cultura e religião na emissão de comportamentos LGBTfóbicos por psicólogas (os) clínicas (os)	Padilha, F. M. G., Fazzano, L. H., & Gallo, A. E.	2022
Uma interpretação comportamental	Fazzano, L. H.,	2022

sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico	Toledo, B. F., & Gallo, A. E.	
LGBTQ+ conversion therapy and applied behavior analysis: A call to action	Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K.	2022
Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT.	Buzolin, L. G.	2022
Health challenges in the LGBTI+ population in Brazil: A scenario analysis through the triangulation of methods	Miskolci, R., Signorelli, M. C., Canavese, D., Teixeira, F. D. B., Polidoro, M., Moretti-Pires, R. O., ... & Pereira, P. P. G.	2022
No-one knows how to care for LGBT community like LGBT do'1: LGBTQIA+ experiences of COVID-19 in the United Kingdom and Brazil	Haworth, B. T., Barros Cassal, L. C., & de Paula Muniz, T.	2023

Fase 4: Levantamento de Informações

Após a seleção de fontes, as informações relevantes obtidas foram armazenadas em forma de transcrição num arquivo no *Google DOCS* que destacava as categorias de registro da pesquisadora e funcionavam como materiais de análise e de acesso mais rápido. As transcrições são citações diretas em forma de parágrafos dos artigos selecionados organizadas em um arquivo no Google DOCS e foram ordenadas com base nas categorias de registro. As categorias de registro são temas ou declarações verbais que a pesquisadora ficou atenta na leitura dos textos e foram construídas a partir da leitura e fichamento realizados nesta etapa.

A primeira categoria procurava destacar os principais Agentes Controladores envolvidos no fenômeno da LGBTfobia, denominada: *a) Agentes Controladores*. A segunda categoria de registro procurava responder às perguntas: de onde vem o poder dos Agentes Controladores e como explicá-lo? Por que são estes os Agentes Controladores? E se denominava: *b) A origem do Poder*. A terceira categoria de registro procurava descrever quais eram os procedimentos controladores envolvidos em práticas lgbtfóbicas e se denominava: *c) Práticas Controladoras*. A quarta categoria de registro procurava delimitar os

efeitos das práticas controladoras e era denominada: d) *Efeitos das práticas*. A quinta categoria de registro estava interessada em rastrear quais padrões comportamentais e culturais que sustentam a existência de Agências produtoras de Lgbtfobia e era denominada: e) *Retroalimentação*. A sexta: *Resistências às práticas controladoras e seus efeitos* procurou rastrear padrões comportamentais e culturais que apresentavam práticas contracontroladoras em relação ao fomento da LGBTfobia. A última categoria, denominada: f) *Tensão e Intersecção entre poderes* foi criada pela autora durante a fase de fichamento dos textos e procurava responder questões como: como se dá a interação entre diferentes contextos e diferentes agências controladoras? Todas estas categorias foram criadas com base na leitura das literaturas referentes ao eixo de análise comportamental.

Fase 5: Tratamento das Informações

Após a releitura dos arquivos no *Google DOCS* as categorias de análise foram feitas. As categorias de análise são frases, eixos temáticos ou pontos de discussão que sintetizam informações importantes após a leitura de todos os dados. Eles são elaborados pela pesquisadora e ajudam na fundamentação ou que oferecem base para a resposta à pergunta de pesquisa. Este é o momento em que a pesquisadora passou da fase de levantamento de informações e iniciou as sistematizações de suas interpretações de forma mais pontual e categorizada. As categorias de análise se tornaram as seções apresentadas na discussão dos resultados. A categoria de análise do primeiro eixo foi denominada: *Agentes Controladores: mas de quem afinal estamos falando?* e procurava estabelecer diferenças entre os dois principais grupos antagônicos envolvidos no fenômeno da LGBTfobia, além de tentar explicar suas possíveis influências. A segunda categoria de análise: *A origem do poder: Cisheterocentrismo e Conservadorismo no Brasil* procura realizar um apanhado histórico do contexto brasileiro para explicar as possíveis relações de nosso país com o cisheterocentrismo e com a LGBTfobia. A terceira categoria de análise: *“Práticas Controladoras: como os controladores controlam?”* procura apresentar todas as possíveis práticas lgbtfóbicas e seus procedimentos de controle, adotando para isto a ideia de que discursos (sistema de valores) sustentam práticas. A quarta categoria de análise foi denominada: *Manutenção das Práticas Controladoras* e procurou explicar como as práticas controladoras são selecionadas e se mantém. A quinta categoria de análise foi denominada: *Resistência às práticas controladoras e seus efeitos* e procurou explicar como acontecem as práticas contracontroladoras reativas às práticas lgbtfóbicas e os efeitos positivos destas práticas para a sociedade. A sexta categoria

de análise foi denominada: *O jogo Institucional: intercessão e tensão entre poderes* e procurou estabelecer relações entre o funcionamento de diversas Agências de Controle em um contexto mais amplo além de controlador versus controlado.

Descrição de dados e Discussão

Nome da sessão	Objetivo
<i>Agentes Controladores</i>	destacar os principais Agentes Controladores envolvidos no fenômeno da LGBTfobia
<i>A origem do Poder</i>	responder às perguntas: de onde vem o poder dos Agentes Controladores e como explicá-lo? Por que são estes os Agentes Controladores?
<i>Práticas Controladoras</i>	descrever quais eram os procedimentos controladores envolvidos em práticas lgbtfóbicas
<i>Efeitos das práticas</i>	delimitar os efeitos das práticas controladoras
<i>Retroalimentação</i>	rastrear quais padrões comportamentais e culturais que sustentam a existência de Agências produtoras de Lgbtfobia
<i>Resistências às práticas controladoras e seus efeitos</i>	rastrear padrões comportamentais e culturais que apresentavam práticas contracontroladoras em relação ao fomento da LGBTfobia
<i>Tensão e Intersecção entre poderes</i>	responder questões como: como se dá a interação entre diferentes contextos e diferentes agências controladoras?

Agências de Controle, Análise do Comportamento e instituições Sociais:

Os capítulos de *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953/2003)) que tratam do comportamento de pessoas em grupo e a influência das instituições⁴ sobre os indivíduos ajuda a estabelecer a pergunta desta pesquisa, à medida em que destacam de forma

⁴ Os termos instituições e Agências de Controle serão tratados como sinônimos neste trabalho sendo coerente com as reflexões de Skinner (1953), cuja conceituação para instituições caracterizava-se pela reflexão de que qualquer sistema social organizado que se utilize de reforço e punição para controle do comportamento pode ser entendido como uma Agência Controladora.

comportamental a influência das Agências de Controle. A criação de um conceito coloca em perspectiva o caráter comportamental e comum do controle de grandes instituições como governo, educação, religião e psicoterapia, encontradas na vida moderna das sociedades ocidentalizadas e capitalistas. As reflexões de Skinner (1953) dão base contextual para o entendimento do funcionamento destas instituições bem como para o entendimento de um sistema social complexo que se retroalimenta e perpetua a existência desse controle pelo longo dos anos. Skinner (1953) explica o funcionamento destas agências, as classifica, determina seus principais atores e seu efeito final sob o governado. Isto é útil para o entendimento e rastreamento das fontes de influências das Agências de controle na produção de LGBTfobia no Brasil, a partir de como estas agências são conceituadas, como elas funcionam, quais os impactos desta espécie de funcionamento nos controlados e como eles contracontrolam ou retroalimentam estas agências.

Skinner (1953) é econômico e pragmático ao condensar o conceito de Agência de Controle que é capaz de dizer sobre os múltiplos controles comportamentais/instituições sobre o comportamento de um indivíduo na sociedade ocidental-capitalista, destacando processos e procedimentos comportamentais comuns em diferentes contextos, sem ter de recorrer a teorias diferentes de áreas diferentes. Este conceito então, se conecta com uma ideia integral de funcionamento de seres humanos em grupos.

As Agências de Controle são definidas a partir da interpretação de que “agências controladoras manipulam conjuntos particulares de variáveis. Essas agências são geralmente mais bem organizadas que o grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso.” (p. 363). Para Skinner (1953) um grupo pode ser observado a partir da existência de contingências de reforçamento comuns para diferentes pessoas que interagem entre si, essas interações por sua vez podem se reforçadas a partir de contingências sociais. Para este trabalho, entenderemos Agências Controladoras como instituições ou grupos sociais (e/ou não só lidos como grandes instituições sociais). De acordo com o autor, com base neste conceito e na análise funcional, poderíamos entender esta dinâmica expressa em diferentes contextos.

Para dar início ao entendimento deste fenômeno é necessário apresentar as pessoas ou grupo de pessoas que se comportam no recorte que será estudado. Para isto, lançaremos mão do conceito de agentes controladores proposto por Skinner (1953). Para o autor, os indivíduos classificados como agentes controladores são pessoas que têm acesso à manipulação de variáveis especiais do ambiente. Esse acesso é determinado historicamente e deve ser

também explicado como uma forma de entender melhor o poder. De acordo com Skinner (1953), o conceito de poder pode ser definido operacionalmente como a possibilidade de pessoas ou grupos sociais disporem contingências reforçadoras ou punidoras a outras pessoas. Neste sentido, o controle entre agência controladora e governados existe a partir desta dinâmica.

Agentes Controladores: mas de quem afinal estamos falando?

Muitos dos contextos analisados neste trabalho se darão em ambientes formalmente políticos. É neste cenário que encontraremos os principais agentes controladores mobilizadores de práticas institucionais de poder. Como visto em Buzolin (2022) para Dhal (1989)⁵, as pessoas que têm poder são indivíduos cujas ações e opiniões são legitimadas socialmente, com suposta competência interpretativa sobre a realidade e acesso a informações privilegiadas e têm acesso a recursos políticos como: tempo, dinheiro, prestígio, posição social e popularidade. Após exame de dados, sintetizou-se dois grandes conjuntos de Agentes Controladores forjados no contexto da luta pela diversidade: os agentes controladores progressistas e os agentes controladores conservadores. Apesar de usarmos essa nomenclatura que reflete muitas das discussões levantadas na literatura analisada, vale a pena destacar que não se trata de uma dicotomia, mas um conjunto de contínuos em que um grupo ou indivíduo pode se localizar. Neste trabalho, nossa ênfase recai principalmente sobre questões relativas à população LGBTQIA+ e a diversidade sexual de forma ampla.

Os Agentes Controladores Progressistas atuam a favor do desenvolvimento de práticas de aceitação da diversidade sexual e adotam práticas culturais protetivas dos direitos da população LGBTQIA+. Com base nas discussões de Vergara e Ferreira (2005) podemos citar as ONG'S que perseguem fins públicos e que não se submetem nem à lógica de mercado, nem a de governo, por vezes podendo responder aos interesses de pautas como a da diversidade. Além disso, como apontado por Buzolin (2022) e Pereira (2020) observa-se o movimento de ativistas progressistas institucionais e outros movimentos sociais relacionados à causa LGBTQIA+.

Os agentes controladores conservadores atuam impedindo a plena execução dos direitos da população LGBTQIA+. Dentre os possíveis exemplos, Messenberg (2017) e Pereira (2020) citam alguns líderes de movimentos conservadores como: os políticos Kim Kataguiri, Fernando Holiday, Beatriz Kicis, Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, os ativistas

⁵ Dahl, R. (1989). *Who governs: Democracy and power in an American city*. Yale University Press.

Rogério Chequer e Marcello Reis, jornalistas como Olavo de Carvalho, Reinaldo Azevedo, Raquel Sheherazade, Felipe Moura Brasil e Rodrigo Constantino. Além desses, pode-se identificar uma rede de associativismos cristãos: Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP), Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família” (predominantemente católica) e o “Movimento Nacional da cidadania pela Vida – Brasil sem Aborto” e a FPE (Frente Parlamentar Evangélica).

A partir de Pereira (2018) ressalta-se o caráter heterogêneo presente nestes jogos de poder, o que nos faz inferir a intensa e contínua tensão entre agentes. Para que ações e projetos políticos sejam deliberados no Brasil, parece inevitável a passagem pela tensão que esse jogo de poder implica.

Diversas arenas políticas já foram mobilizadas quando estamos falando sobre o debate dos direitos da população LGBTQIA+. De acordo com Buzolin (2022) os pontos de confronto mais recorrentes estão entre os polos de entidades religiosas e grupos relacionados a direitos humanos e minorias sociais. Com base em Buzolin (2022) e Vergara e Ferreira (2005), podemos identificar que os grupos progressistas se engajam em comportamentos como passeatas, greves e ocupações, recorrendo frequentemente também a táticas institucionais de ação, como a presença em orçamentos participativos, conselhos e conferências de políticas públicas, além de outros canais de participação institucionalizada (Pereira, 2020). Como concluem Lima e colegas (2022) e Quadros & Madeira (2018), essas práticas geralmente são reativas às práticas controladoras direcionadas à proteção de uma denominada família tradicional brasileira. No entanto, Pereira (2018) alerta que apesar das forças contracontroladoras, o associativismo cristão parece funcionar bem por meio do esquema de coalizão entre partidos políticos no congresso nacional, o que configura outro movimento institucional que retroalimenta a tensão entre estes agentes.

Skinner (1953) pontua que é importante ficarmos sob controle dos indivíduos/atores que compõem a agência de controle, sabendo identificar de onde vem e o impacto do seu poder, seu papel na retroalimentação da agência bem como suas motivações individuais. Neste sentido, é interessante observar que a dinâmica proposta por Skinner em *Ciência e Comportamento Humano* (1953) não é fixa porque percebemos uma mudança em quem ocupa o lugar controlador x controlado, ora os agentes controladores são progressistas, ora são conservadores, além disso, dada a complexidade do fenômeno, não existe apenas um dinâmica controlador versus controlado, mas várias coexistindo, o que influencia e complexifica o comportamento das pessoas.

Origem do Poder: Cisheterocentrismo e conservadorismo no Brasil.

Skinner (1953) afirma que a origem do poder dos controladores advém da capacidade destes agentes em administrar contingências que envolvam variáveis de reforço ou punição que afetam o comportamento de várias pessoas. A habilidade por sua vez de manejar estas contingências é tida por meio da exposição de ambientes específicos ao longo da história de vida dos agentes controladores. Esta seção focará na descrição das contingências históricas dos agentes controladores conservadores. Olhar para as origens do conservadorismo e do cisheterocentrismo no Brasil significa olhar para a construção dos procedimentos de controle do comportamento dos brasileiros em contexto lgbtfóbico. Esta seção, então, explica a razão histórica e social pela qual os agentes controladores conservadores fazem o que fazem.

É importante entender as raízes filosóficas do conservadorismo para melhor visualizarmos as razões pelas quais ele também encontra solo fértil em contexto brasileiro. Algumas reflexões apresentadas por Gahyva (2017), convocam as ideias de Burke (1997)⁶ sobre a origem do pensamento conservador: diferentemente de se haver uma legitimidade de direitos só pelo fato de sermos seres humanos (a ideia de direito natural), haveria diferenças inatas entre os indivíduos, o que os faziam naturalmente mais fortes ou mais fracos. Neste sentido, a ideia de natural vem de uma premissa de que é “normal” o fato de que existem diferenças individuais e que os seres humanos podem ser beneficiados ou não de acordo com essas diferenças.

É possível também perceber algumas dicotomias existentes entre o que Gahyva (2017) têm observado acerca dos diferentes grupos controladores. Uma destas dicotomias refere-se ao conceito de igualdade em contraposição ao conceito de liberdade. Como visto em Gahyva (2017), Nisbet (1987)⁷ aponta que para um conservador, ser livre é poder usufruir e operar num mundo com base em suas potencialidades ou limitações individuais. Neste sentido, a ideia de liberdade entra em contraste com a igualdade proposta pelos progressistas, uma vez que esta estabelece modificações sociais que propõem equidade entre diferentes indivíduos. Desta forma, o indivíduo pode acessar um mundo em sua plena potencialidade simplesmente por ser humano e ter direito a isso (Gahyva, 2017). Em contrapartida, a lógica da igualdade é tratada por conservadores como abstrata, ingênua e romântica, e só atrapalharia o desenvolvimento individual (Burke, 1997; Nisbet, 1987).

⁶ Burke, E. (1997). *Reflexões sobre a revolução em França*. Editora Universidade de Brasília.

⁷ Nisbet, R. *O Conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987.

Acompanhando estas reflexões, Gahyva (2017) também apresenta as ideias de Mannheim (1982)⁸ que nos ajudam a pensar nestes diferentes pontos de vista, um em que o indivíduo já nasce com uma característica ou num contexto que o beneficia e a partir disso consegue produzir uma relação frutífera de troca com o mundo, essa relação é ainda supervalorizada pela sociedade. Por outro lado, o ponto de vista progressista estabelece uma relação entre as ações das instituições sociais e seus respectivos efeitos nos comportamentos individuais e as responsabiliza por proporcionar acesso à liberdade e desenvolvimento pessoal.

A noção de continuidade entre o presente e o passado nos discursos conservadores é um aspecto que foi destacado na literatura analisada. Gahyva (2017) observa que para Burke (1997) e Nisbet (1987), o acúmulo de experiências sociais (tradições) seria mais importante que a experiência individual. Por isso que os conservadores teriam dificuldade em realizar rupturas com o passado e preservam a tradição do que já é feito por muito tempo. Há uma noção de sabedoria relacionada às gerações anteriores que deveria ser preservada. O apego ao que é construído pelo passado (a realidade material) é justificado pela suposta falta de praticidade das propostas progressistas para mudanças abruptas de mundo no presente (Burke, 1997; Gahyva, 2017 Nisbet, 1987).

Gahyva (2017) utiliza Bobbio (1995)⁹ e Messenberg (2017) para conceituar a esquerda e direita políticas. Para os autores estes conceitos servem para ilustrar as dicotomias existentes entre conservadores e progressistas e dão significados diferentes para a leitura da realidade social. Isso significa dizer que, para a esquerda há a primazia, por exemplo, pela igualdade sobre os direitos da propriedade, do racionalismo, do laicismo do governo, desvalorização da concentração de riquezas, a preservação do meio ambiente e dos interesses dos trabalhadores. Já a direita está concentrada em conceitos como individualismo, supremacia da propriedade privada, valorização da ordem e da tradição, o crescimento econômico, dentre outros.

É interessante notar quando as práticas defendidas pela esquerda e direita ultrapassam a arena política e começam a operar na lógica das relações sociais, aparecendo na vida cotidiana. O *preciosismo* pela tradição das direitas parece fornecer subsídios ideológicos para a exclusão do que é diferente da história passada. Messenberg (2017) aponta a partir de

⁸ Mannheim, K. (1982). *O significado do conservantismo*. In M. Foracchi (Org.), Karl Mannheim: Sociologia (pp. 107-136). Ática.

⁹ Bobbio, N. (2003). *Direita e Esquerda razões e significados de uma distinção política*. Unesp.

Pierucci (1990)¹⁰ sobre a naturalização das desigualdades em função de hierarquias econômicas e sociais. Enquanto que, como ressaltado por Bobbio (1995), as esquerdas já se direcionam para a superação dessas desigualdades.

A partir da reflexão das diferentes visões representadas por estes eixos políticos, podemos alocar lugar para o fenômeno da LGBTfobia institucional sob uma perspectiva do conservadorismo. Se a experimentação da diversidade sexual contraria a tradição e as desigualdades já existentes, essa experiência parece não ter lugar numa visão conservadora de mundo.

Para Garcia e Sanches (2020) a aversão pela diferença ganha ainda mais corpo quando sustentada não só pelo conservadorismo político, mas também pelo liberalismo econômico. Afinal, para que o capitalismo consiga se estabelecer é preciso que haja padronização dos princípios da lógica de mercado para o âmbito das relações sociais. Garcia e Sanches (2020) não estão só falando de transações econômicas, mas de modos de viver a vida. Têm-se com isso uma das máximas capitalistas, a redução do aspecto econômico para todas as outras dimensões da vida. Na mesma direção, Garcia e Sanches (2020) apontam que o mesmo ódio pela diferença nutrido pela família branca cisheterossexual, faz com que diversos outros sistemas de exclusão sejam criados, como o sexismo, machismo e a LGBTfobia. Assim, um dos possíveis efeitos da exclusão dos indivíduos dissidentes é a sua incorporação pelo sistema capitalista, por meio de uma “higienização” normativa - ou seja, tentar alocá-los numa lógica familiar e cisheterossexual.

Para González e cols (2021) e Lima e cols (2022) o Brasil é um país conservador e a gênese de seu conservadorismo remonta há muitos anos, quando nosso território era ainda uma colônia. González e cols (2021) apresentam esta ideia a partir das reflexões de Faoro (1973)¹¹, para ele, a grande concentração de terra e a influência da Igreja católica na exploração de nossa nação estão entre os principais fatores que deram cara à nossa herança sexista e patriarcal, a formação do Estado brasileiro portanto, é uma continuidade do modelo político português colonial. O terreno que fomenta a desigualdade até hoje foi construído sob bases fortes, que movimentam a cultura, economia e a religião. Até hoje o Brasil é um país predominantemente conservador, religioso e que ainda não se encontra num estágio pleno de sua democracia, com traços institucionais autoritários e uma sociedade extremamente estratificada e desigual (González, et. Al, 2021)

¹⁰ Pierucci, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. Tempo Social, v. 2, n. 2, p. 7-37, 1990.

¹¹ Faoro, R. (1973). *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Globo.

De acordo com Gonzalez e cols. (2021) e Quadros e Madeira (2018) apesar do Brasil ter passado por processos de modernização e urbanização, nunca passou por um processo efetivo de laicização do Estado. Para explicar esta ideia, Gonzalez e cols (2021) trazem as ideias de Inglehart e Welzel (2005)¹², estes autores destacam que três quartos da população atual se consideram religiosa e 98 por cento dos brasileiros afirmam acreditar em Deus. Se o Brasil é um país em que o aspecto religioso ganha destaque e temos uma democracia representativa, não é de se estranhar por exemplo a grande quantidade de religiosos ocupando hoje o congresso nacional, contribuindo para um estado que não é predominantemente laico.

A centralidade da família tradicional na sociedade brasileira reafirma os valores do conservadorismo religioso e político. Gozález e cols (2021) descrevem Holanda (1995)¹³ que afirma que o Brasil foi construído a partir de um *ethos* familista, um contexto no qual a sociedade é marcadamente ruralizada, hierarquizada e religiosa. Lima e cols (2022) apresentam as ideias de Almeida e Ximenes (2018)¹⁴ para explicar a família, que para a Igreja Católica é a família reprodutora, aquela que é formada por homem e mulher que se identificam com seu gênero ao nascer e que seguem as funções de seus papéis de gênero designadas ao nascerem. Temos aqui algumas consequências deste contexto e uma delas é o reforço de práticas cisheterocêntricas.

Desta forma, como apontado por Lima e colegas (2022), sempre tivemos um país conservador. Ainda hoje o conservadorismo retoma heranças racistas, patriarcais e antidemocráticas. Neste sentido, de acordo com as reflexões de Barbosa e Casarões (2022) a religião agora não é só uma influência que inviabiliza a democracia e o Estado laico, ela também é um instrumento de intensificação e disseminação da extrema direita porque a manutenção de práticas seculares é mantida pela tradição religiosa.

Quadros e Madeira (2018) relatam que apesar do histórico consistente de conservadorismo político e religioso, o Brasil apresentou alguns movimentos progressistas que se expressaram em diversas ações políticas principalmente entre os anos de 2003 e 2016. Para estes autores, quatro vitórias nas eleições presidenciais seguidas de candidatos do Partido dos Trabalhadores parecem ter mudado a realidade social da população marginalizada (aquela que não faz parte dos grupos que detém poder e que muitas vezes não é impactada

¹² Inglehart, R., & Welzel, C. (2005). *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press.

¹³ Holanda, S. B. D. (1995). *Raízes do Brasil* (26ª ed.). Companhia das Letras.

¹⁴ Almeida, E. M. D., & Ximenes, S. B. (2018). *Constituição e interpretação na delimitação jurídica da laicidade*. In C. M. D'Avila-Levy & L. A. Cunha (Orgs.), *Embates em torno do Estado laico* (pp. 53-82). SBPC.

positivamente pelas suas práticas dos agentes conservadores) no país. Como apresentado por González e cols (2021), houve a implementação de programas, políticas públicas e projetos de lei que asseguraram de forma mais intensa os direitos das minorias sociais e dos trabalhadores brasileiros. Entretanto, como apontaram Quadros e Madeira (2018) a partir de Cowan (2014) e Codato e cols (2015) a instalação de uma atmosfera progressista num país historicamente conservador gerou algumas reações nos setores tradicionais da sociedade brasileira. Esse teria sido um dos fatores a desencadear o fortalecimento do conservadorismo no Brasil.

Moura e Silva (2023) apontam que não foi apenas o acesso a direitos sociais pelas minorias que mobilizou os setores mais conservadores do Brasil. Segundo Quadros e Madeira (2018), além desse contexto, o Partido dos Trabalhadores enfrentou escândalos de corrupção e falta de governabilidade, principalmente durante o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2014-2016). Esses autores também destacam que a rejeição à valorização da diversidade brasileira, a insatisfação econômica e os escândalos de corrupção foram fatores fundamentais para a intensificação da reconstrução do conservadorismo no Brasil. Assim, houve uma reafirmação de valores conservadores que há muito tempo já estavam estabelecidos.

Para Gonzalez e colegas (2021) e Quadros e Madeira (2018) as organizações políticas que deram cara à reconstrução do conservadorismo no Brasil foram principalmente a chamada *bancada BBB* (Bíblia, Boi e Bala). Estes autores descrevem a bancada BBB como composta por parlamentares que defendem interesses religiosos, poderes econômicos das grandes zonas rurais e a repressão violenta à criminalidade, além de destacar o aumento em seu número de parlamentares, enquanto que bancadas relacionadas a causas progressistas reduziram de tamanho. De acordo com Gonzalez e colegas (2021) a ideia compartilhada entre os parlamentares conservadores era a de reconstrução da nação como um todo e os anos que se seguiram desde o Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, até a eleição de Jair Messias Bolsonaro ilustram todo esse processo.

Neste mesmo contexto, Almeida (2019) aponta que a eleição de Bolsonaro causou um tensionamento ainda mais explícito entre as forças conservadoras e progressistas de nosso país, dando contornos mais fortes à crise política, econômica e social do Brasil. Para autores como Oliveira e colegas (2022) e Souza e Silva (2022) o conceito de cisheterocentrismo é uma associação entre o conservadorismo político, religioso e econômico. Portanto, é o reflexo de uma forma homogênea de pensar o mundo e as relações de trabalho, direitos e

poder, sendo um padrão de comportamento relacionado à produção de LGBTfobia no Brasil. Como discutido Oliveira e colegas (2022):

Cisheteronormatividade pode ser compreendido como um “conjunto de práticas culturais, legais e institucionais que mantêm a premissa de que há apenas dois gêneros, que o gênero é reflexo do sexo biológico e que somente a atração sexual entre esses dois gêneros ‘opostos’ é natural e aceitável (Schilt & Westbrook, 2009). (p. 9)¹⁵

Como apontado por Oliveira e colegas (2022) e Souza e Silva (2022), o discurso cisheterocêntrico sustenta práticas que fomentam a desigualdade social. Por exemplo, se o indivíduo é um homem branco cisheterossexual e “respeita “a ordem social pregada por este discurso, têm acesso a poder político, econômico e social. Quem desvia da lógica dominante é marginalizado. Ainda para estes autores, a relação do cisheterocentrismo e do conservadorismo existe à medida em que todos os conservadorismos fornecem subsídio ideológico para que haja reprodução de um *ethos* familista. Os exemplos observados ratificam a ideia de que os papéis de gênero associados à família tradicional brasileira é uma criação social para manter quem está no poder.

Nesta seção, observamos a origem de práticas culturais que apresentam visões de mundo responsáveis por sustentar as práticas sociais atuais. Tudo isto sendo feito a partir de uma análise acerca do histórico brasileiro com instituições sociais como família, governo e religião. Ao falar sobre a vida em sociedade, uma visão conservadora aposta no desenvolvimento individual como métrica para sucesso social. Em contrapartida, discursos progressistas pregam a responsabilidade institucional sobre o comportamento das pessoas na sociedade.

Para Skinner (1957), o mentalismo caracteriza-se pelo estabelecimento de estados mentais como causa de comportamentos. Aqui o autor alerta para a inefetividade desta perspectiva, uma vez que esta não considera a influência das variáveis ambientais no controle do comportamento e leva em consideração possíveis causas internas para o comportamento. Desta forma, a visão conservadora parece estar próxima de um discurso mentalista e internalista porque para o conservadorismo a possibilidade de desenvolvimento do indivíduo na sociedade depende apenas de compromissos assumidos por ele mesmo e que dependem

¹⁵ Schilt, K., & Westbrook, L. (2009). Doing gender, doing heteronormativity: 'Gender normals,' transgender people, and the social maintenance of heterosexuality. *Gender & Society*, 23(4), 440-464. <https://doi.org/10.1177/0891243209340034>

apenas dele. Por outro lado, uma visão progressista parece estar mais alinhada aos preceitos do *Comportamentalismo Radical* no momento em que considera as variáveis ambientais externas no controle do comportamento das pessoas e coloca as instituições sociais como promotoras desses ambientes.

É entendido neste trabalho que o cisheterocentrismo é um termo que descreve um conjunto de contingências de reforçamento que sustenta práticas lgbtfóbicas. Ele não é uma causa iniciadora do fenômeno da LGBTfobia, mas o produto de um ambiente em que se luta pelo poder de dispor contingências de reforçamento sobre um grande número de pessoas. Apesar de considerarmos que respostas envolvidas em construções discursivas podem compartilhar elementos funcionais em comum com outros tipos de topografias lgbtfóbicas (forma ou característica física de uma resposta lgbtfóbica), também podem ter funções diversas daquelas que não estão necessariamente envolvidas com a produção de uma justificativa social para manutenção de práticas violentas. As respostas verbais (respostas com função comunicativa) envolvidas na construção de um discurso lgbtfóbico além de produzirem violência produzem a manutenção do ambiente perpetuador desta violência. Aqui então vemos dois tipos de respostas: aquelas que são lgbtfóbicas e que também são ambientes para a emissão de novas respostas lgbtfóbicas e aquelas que apenas alteram o ambiente no sentido de produzir acesso a reforçadores para os grupos dominantes e que tem como efeito a violência.

Skinner (1966/1981) descreve a ideia de seleção pelas consequências como um processo que acontece na natureza de forma análoga à seleção natural. De acordo com o autor, não somente as características biológicas dos organismos seriam selecionadas pelo ambiente no qual ele está exposto, mas também seus comportamentos. Assim, o autor descreve como as consequências dos comportamentos alteram sua probabilidade de ocorrer ao longo do tempo. O histórico do Brasil com as instituições sociais forneceu ambiente para que houvesse a seleção de práticas (comportamentos) de pessoas pertencentes a grupos hoje lidos como dominantes. Estes discursos não fazem uma correspondência necessária e direta com a realidade, mas eles promovem consequências que selecionam o comportamento de busca e manutenção de poder das pessoas conservadoras.

A descrição da origem das práticas culturais lgbtfóbicas é importante neste trabalho à medida em que gera aproximação com o conteúdo do fenômeno estudado e isso significa na prática, maiores possibilidades de ações interventivas e afirmativas (ações que promovam os direitos da população LGBTQIA+). Então, da mesma forma que podemos nos aprofundar na

descrição de processos biológicos para entender melhor um comportamento, podemos nos aprofundar nos discursos históricos e filosóficos que sustentam comportamentos selecionados pelo ambiente. Mas, seguindo as proposições de Skinner (1957), estas descrições não são a causa do que observamos, elas são parte dos fenômenos a serem observadas.

Neste sentido, é importante não esquecer que a Análise do Comportamento é uma ciência com raízes pragmatistas (Skinner, 1953/1971). Então, todos os discursos descritos são interpretados por analistas do comportamento, como algo que nem sempre terá correspondência direta com a realidade material mas como um padrão de comportamento que se complexifica e se modifica sob controle de bases materiais (econômicas): possibilidade de acesso a reforçadores (Skinner, 1971). Neste sentido, o cisheterocentrismo pode ser entendido como comportamento verbal e não verbal de um conjunto de pessoas que passou por sucessivos processos de seleção ao longo do tempo e que foi criado pelos grupos dominantes

Quais são as práticas controladoras?

Skinner (1953) dá importância para o entendimento dos mecanismos de controle, porque é por meio da compreensão dos mecanismos destes mecanismos que há a possibilidade de previsão e intervenção para a construção de uma realidade social mais ética e justa. Sobre isso, o autor aponta: “Estamos aqui, interessados não na estrutura real da agência, nem nas técnicas internas de controle que a tornam um instrumento eficiente, mas no procedimento, através dos quais controla os membros do grupo” (p. 384).

Para Pompeu e Rohm (2018) o comportamento cisheterocêntrico está presente na maior parte das instituições brasileiras. Além disso para Garcia e Sanchez (2020) a população LGBTQIA+ precisa lidar cotidianamente com a falta de empregabilidade nos meios formais, falta de tratamento médicos dignos para travestis e transgênero e dificuldades na ascensão escolar e educacional porque, como apontado por estes autores, a família, as escolas e o poder público são construídos e mantidos dentro de uma lógica cisheterocêntrica e isso determina o nível de acesso a renda, direitos e saúde desta população.

O comportamento cisheterocêntrico influencia não só a forma com a qual as pessoas interagem com sua própria sexualidade, mas também limita seu nível de interação com o mundo, num contexto de interação limitada com o mundo, pessoas marginalizadas não conseguem ter acesso aos seus direitos (Carranza & Vital da Cunha, 2018; Zin et., al, 2022; Fazzano et., al, 2022; Pompeu & Rohm, 2018; Sonetti & Garcia; 2020; Sousa & Mendes, 2021). Ainda para estes autores, a interação limitada com o mundo para a população

LGBTQIA+ é apenas um efeito do funcionamento deste tipo de padrão. Para Motta (2016) uma implicação disso é a formulação e aplicação de leis, que por sua vez estão sendo utilizadas sob controle da lógica cisheterocêntrica.

Existem justificativas sociais (outras respostas verbais) derivadas da construção discursiva cisheterocêntrica e são respostas lgbtfóbicas específicas e podem ser caracterizadas pelo efeito de produção de mais LGBTfobia, a saber: discurso psicopatologizante, biologizante, religioso, alarmista, vitimista eu x eles e jurídico. (Gama, 2019; Buzolin, 2022; Carranza & Vital da Cunha, 2018 Zin et., al 2022; Fazzano et., al, 2022; Leite; 2019; Lionção et., al, 2018; Messenber, 2017; Miguel, 2021; Moura & Silva, 2023; Padilha et., al 2022; Silva & Silva, 2022).

De acordo com Garcia e Sanchez (2020) e Oliveira e colegas (2022), o discurso psicopatologizante das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes utiliza-se do argumento médico e psicológico sobre saúde e adoecimento para determinar um estado de normalidade. Como apresentado por Fazzano e colegas (2022), os compêndios e manuais de transtornos mentais até a segunda metade do século passado classificavam a homossexualidade e transexualidade como transtornos que poderiam ser abordados por tratamentos específicos. Já o Conselho Federal de Psicologia Brasileiro, por exemplo, só deixou de tratar a homossexualidade como doença em 1985 (Silva & Silva, 2021). Assim, Silva e Silva (2021) afirmam que a ideia psicopatologizante foi difundida antes dos estudos mais aprofundados sobre gênero e que apesar de hoje não constar mais nos manuais como uma doença, a experiência de uma sexualidade dissidente como anomalia ainda é uma ferramenta discursiva com ar de cientificidade.

Como ilustrado por Oliveira e colegas (2022) o discurso biologizante significa uma redução da sexualidade a uma perspectiva biológica. Neste discurso, há ideia de que há um pareamento natural entre papéis de gênero e sexo e isso acontece alinhada a perpetuação da reprodução da espécie e da sobrevivência. Para Lionção e colegas (2022) e Moura e Silva (2023), é neste contexto que a heterossexualidade ganha prestígio ao ser considerada a orientação que “garantirá” a sobrevivência da espécie. Esse tipo de discurso por vezes é acoplado ao discurso religioso e fortalece a ideia de família e pode ser observado no discurso da ex-ministra dos direitos humanos, Damares Alves no seu primeiro discurso após a posse e exemplificado no texto de Miguel (2021): “Quem manda são as regras biológicas, que nos fizeram com peito, útero, ovário e trompas, para gerar” (p. 7).

De acordo com Quintão (2017) e Rorty (1999), alguns religiosos utilizam-se de discursos pretensamente científicos para validar argumentos religiosos. De acordo com estes autores, isto foi o que aconteceu com o pastor Silas Malafaia na câmara dos deputados, em meio a um discurso que se sustenta na biologia e na psicanálise, o político diz que não há determinação para a homossexualidade pela genética e que ela está relacionada a um possível trauma na infância.

Padilha e cols (2022) afirmam que a ideia de família no discurso religioso cristão é base para o entendimento de diversos códigos e regras derivados deste contexto. De acordo com o discurso religioso, estas regras ditam os comportamentos adequados a serem seguidos. Assim, a concepção de uma família deve obedecer aos mandamentos divinos e ser entre um homem e uma mulher cisheterossexuais, sendo esta a única possibilidade de família (Padilha et., al 2022). De acordo com Lionço e colegas (2018) e Miguel (2021), a construção da retórica da ideologia de gênero, por exemplo, foi criada em contexto religioso e atinge diretamente os direitos sexuais e o debate de gênero. Com um tom alarmista, o discurso propõe que o debate da diversidade irá destruir as famílias e conseqüentemente a sociedade no geral.

Como abordado por Leite (2019) e Silva e Silva (2021) existem discursos no sentido de que crianças não podem ter acesso a ideias de combate ao preconceito porque automaticamente isso irá prejudicá-las e as desviará do caminho “natural” e legitimado pela igreja. De acordo com os autores, a destruição da família e suposta proteção às crianças é um dos argumentos mais utilizados para sensibilizar a audiência social. Miguel (2021) ainda afirma que o termo ideologia de gênero foi apropriado de forma superficial e equivocada pelo segmento religioso ao entrarem em contato com os estudos sobre gênero, mas é uma das estratégias argumentativas que ganha mais destaque no Brasil no meio da retórica do ódio e do alarmismo.

Para Quadros e Madeira (2018) as retóricas do ódio e alarmismo recorrem ao pânico moral para controlar o comportamento das pessoas e estão frequentemente associadas a ideias apocalípticas em relação ao contexto brasileiro, uma constante sensação de desordem pública que justificaria medidas extremas. Como apresentado por Leite (2019), os discursos de Jair Bolsonaro ajudam a ilustrar esse tipo de argumento:

Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade [...] esses gays e lésbicas querem

que nós entubemos, como exemplo de comportamento, a sua promiscuidade [...] essa história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada, especialmente os garotos que eles acham que têm tendências homossexuais. (p. 125)

Messenberg (2017) reflete sobre algumas características deste discurso: o exagero, o tom fatalista e a ameaça anunciada à família tradicional num contexto de alimentação do que se refere como fobias sociais (que seriam uma estimulação pré-aversiva) que procuram fundamentar a violência e a intolerância.

Silva e Silva (2012¹) refletem sobre outra estratégia argumentativa que incita o ódio e a violência: a retórica da vitimização. A ideia de que há um eu (nós) família tradicional brasileira religiosa e conservadora em guerra com eles (outros), os dissidentes. Como visto por estes autores, os outros são classificados como os vilões da história. O trabalho de Miguel (2021) evidencia os próprios trechos destacados da fala de Jair Bolsonaro (p. 4), demonstrando esse aspecto: uma suposta tentativa da população LGBTQIA+ de destruir as famílias e implantar a chamada “ditadura gay”, entendida como uma proposta desafiadora às hierarquias sociais vigentes.

De acordo com Buzolin (2022) e Machado (2017), em muitos discursos de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional é defendido o argumento de que eles podem afirmar o que quiserem sobre a comunidade em nome do direito da liberdade de expressão e da liberdade religiosa. Para Buzolin (2022), tipos de discurso, percebemos um certo grau de sofisticação em relação ao discurso religioso pois se utilizam de estratégias jurídicas que dão um tom de seriedade e confiabilidade à proposta

Quando o padrão comportamental cisheterocêntrico acontece nas grandes instituições do nosso país e é reproduzido pelos agentes controladores, temos a LGBTfobia institucional. Isto assemelha-se ao que foi pontuado por Almeida e colegas (2016) e Sena (2020) sobre violência sistêmica contra a população LGBTQIA+, dada em forma de discursos de silenciamento e precarização da vida cujo objetivo é uma prática regulatória com mecanismos punitivos e homogeneização social. De acordo com Santos (2016) o cenário político brasileiro é representado na política principalmente por grupos sociais dominantes (homens, brancos, heterossexuais e de classe média alta), o que fornece contexto para a manutenção da violência institucional.

De acordo com Reis e Benitez (2017), um dos desdobramentos da LGBTfobia institucional ocorre nas escolas, em que a população LGBTQIA+ depara-se com piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações e expressões desqualificantes. Para estes autores, o

silêncio e o despreparo de educadores para lidar com o tema da diversidade sexual pode ser então classificado como um produto da LGBTfobia institucional. Alguns educadores sequer falam sobre gênero na escola como uma tentativa de “proteger” as crianças do contato com ideias que fomentem a diversidade. (Reis & Benitez, 2017)

A constante resistência da Frente Parlamentar Evangélica frente a efetivação dos direitos da população LGBTQIA+ pode ser considerada um caso de LGBTfobia institucionalizada no poder público. Como apontado por Sousa e Mendes (2022), o projeto de criminalização da homofobia, por exemplo, precisou passar pelo STF para ser aprovado e demorou 13 anos para ser efetivado. Além disso, temos o episódio da tentativa de distribuição do material derivado do Programa Escola sem Homofobia e apelidado de Kit Gay. De acordo com Pereira (2020) e Sousa e Mendes (2022), as movimentações institucionais contra o programa foram tamanhas que o material não foi distribuído nas escolas apesar de já ter sido impresso, fato que pode ter furtado a oportunidade de milhões de jovens brasileiros de lidar melhor com sua própria sexualidade.

Também foi retratado por Sonetti e Garcia (2020) o caso do uso do banheiro para pessoas transgênero em escolas, com a tentativa de instituição de uma lei que nega acesso ao banheiro de acordo com o gênero que a pessoa se identifica. A situação é mais um exemplo de prática institucional lgbtfóbica derivada da aversão a suposta ideologia de gênero.

Quintão (2017) aponta outra polêmica envolvendo poder público e LGBTfobia, a tentativa de anulação do ato normativo efetuado pelo Conselho Federal de Psicologia que restringia a atuação do psicólogo em terapias de reversão de orientação sexual. De acordo com Quintão (2017), o deputado João Campos afirmou que o conselho extrapolou seu alcance ao interferir em decisões que cabiam ao poder legislativo. Como apresentado por este autor, a psicóloga Marisa Lobo foi uma das expoentes que liderou a luta por uma suposta autonomia que estava sendo negada aos psicólogos nestes casos. Para fazer isso, a psicóloga se utiliza de argumentos pseudo-científicos para corroborar sua posição. Então, ela defende, por exemplo que é direito da pessoa com sexualidade “egodistônica” procurar por serviços que ofereçam ajuda numa suposta “reorientação” de sua orientação sexual.

Outros casos importantes sobre LGBTfobia institucional e que chamam atenção por seus efeitos deletérios na população LGBTQIA+ foram observados em Garcia e colegas (2020). Os autores alertam para a ausência de tipo penal específico em casos de homicídio contra a população LGBTQIA+ e destacam uma subnotificação destes dados, que não

consideram recortes interseccionais como gênero, raça e classe. Tais fatores dificultam que políticas de segurança pública voltadas para esta população sejam criadas e implementadas.

Para Santos (2020) a falta de representatividade política para a população LGBTQIA+ pode ser considerada um dos fatores que agravam e mantêm ainda mais as violências institucionais. De acordo com o autor, os grupos marginalizados (mulheres, negros, lgbtqia+) denunciam que a extensão de direitos formais não provocou igualdade política e isso pode ser explicado pela baixa representatividade, pois geralmente quem ocupa essas posições são homens, brancos e heterossexuais e assim, as demandas da comunidade LBTQIA+ são substituídas por outras agendas políticas.

Para Pereira (2020) o ativismo institucional é a dinâmica política que consegue articular os interesses dos movimentos sociais LGBTQIA+ a partir do poder público. De acordo com o autor, já foram conquistados resultados importantes e expressivos por esses meios, porém até mesmo estas relações de cooperação sofrem com a LGBTfobia institucional. A diminuição de pontos de acesso político em que os ativistas LGBTQIA+ tinham mais influência, por meio de fusão de secretarias, fez com que houvesse uma redução da capacidade de ação política dessas pessoas, além de obstáculos orçamentários propostos pela presidência (Pereira, 2020)

Como visto em Fazzano e colegas (2022), a LGBTfobia institucional pode ser encontrada até mesmo no setting psicoterapêutico, sendo exercida recorrentemente enquanto prática cultural e de trabalho, num ambiente que supostamente deveria cuidar e acolher. Segundo os autores, muitos pacientes relatam negligência, despreparo, piadas de mal gosto ou intervenções psicológicas descabidas e alinhadas a uma lógica cisheterocêntrica.

A dificuldade de representatividade política e do ativismo institucional e as polêmicas envolvendo o CFP corroboram o que Aragusuku e Lara (2019) e Almeida (2019) afirmam sobre como situações de tensões políticas que pretensamente acontecem apenas em contextos institucionais podem atingir diretamente o dia a dia dos brasileiros e ocupar espaço nas relações sociais.

Como visto, as retóricas construídas a partir da perspectiva de uma classe dominante são capazes de mobilizar práticas culturais aversivas direcionadas a esta população, o que pode ser visto com os exemplos de LGBTfobia em contextos institucionais no Brasil. Logo, ao falarmos de contextos institucionais relacionados ao poder público, estamos falando de práticas culturais com efeitos de longo alcance e isto toca na questão da promoção de saúde e direitos para a população LGBTQIA+. Assim, podemos nos questionar então, de que forma

esses direitos estão sendo promovidos a despeito do cenário até aqui visto, e se eles ao menos estão sendo promovidos.

Um dos cenários em que a LGBTfobia institucional mais impacta a população é no Governo. De acordo com Skinner (1953) o governo é uma agência controladora que se utiliza predominantemente de controle aversivo para controlar o comportamento dos governados. Para isto, recorre a construções discursivas (comportamento verbal em formas legislativas) que classificamos socialmente como o que é legal ou ilegal. Para Skinner (1953), os procedimentos de controle são todos codificados por meio da lei que também controla o comportamento das pessoas. Nesta dinâmica, haverá reforçamento negativo se o governado fica sob controle das leis e punição caso se comporte de uma forma considerada ilegal.

Ao trazermos esta compreensão para a realidade lgbtfóbica percebemos que não apenas os efeitos das práticas violentas são aversivos, mas também o meio pelo qual o comportamento destas pessoas é controlado. Numa perspectiva ampliada, até os governados que não fazem parte da população LGTQIA+ têm seu comportamento punido pela agência governamental ao promoverem a diversidade. As contingências que exemplificam este contexto acontecem principalmente quando o governo usa de sua força repressiva para abafar ou interromper manifestações de diversidade e sexualidade, além de controlarem utilizam a violência para tal e isto pode ser visto a partir dos dados trazidos por Lionaço e colegas (2018) sobre as inúmeras restrições da polícia em eventos como a Parada Gay, além do cenário de pseudorepresentação política e impedimento da aprovação de projetos no congresso que aprovam a criminalização da LGBTfobia.

Para Skinner (1953) a Agência Religiosa também se utiliza de controle aversivo, de contingências acidentais (o controle do comportamento por meio de eventos em que há associações de contiguidade no ambiente natural e lidos como fenômenos sobrenaturais dentro da agência) e da promessa de céu (associada a reforçadores) e inferno (associada a ausência de reforçadores ou controle aversivo) para controlar o comportamento das pessoas. As construções discursivas criadas por esta Agência falam sobre a moralidade e sobre o bem e o mal (Skinner, 1953). Quando analisamos alguns dos discursos acima citados percebemos estas mesmas ideias quase que descritas na íntegra. A ideia de bem versus mal fornece subsídio para construções argumentativas que colocam um grupo social como o virtuoso (o cishetessexual) e outro como pecador (população LGTQIA+).

Ainda de acordo com Skinner (1953) a Agência Religiosa também atua por meio da disposição de estímulos condicionados que podem produzir a eliciação de alguns

comportamentos respondentes. A eliciação de um comportamento respondente acontece quando há a observação de uma resposta automática diante de um estímulo específico, a relação entre estímulo inicialmente neutro e a resposta condicionada acontece a partir de seguidas exposições do estímulo a respostas incondicionadas (inatas). Neste sentido, o autor explora o sentimento de medo do inferno e de pecar como uma possível forma de controle do comportamento dos governados. Neste trabalho este fato pode ser notado com algumas construções discursivas acerca de apocalipse ou fim dos tempos atreladas a práticas de respeito à diversidade. Inclusive a ideologia de gênero associada à destruição das famílias brasileiras é uma das produções argumentativas mais fortes neste contexto (Lionaço et al., 2018)

Já a Educação é uma Agência que se utiliza de diferentes processos comportamentais para controlar o comportamento dos governados, desde o reforçamento positivo (procedimento comportamental em que se busca aumentar a probabilidade de uma resposta futura a partir da adição de um estímulo reforçador no ambiente) até a punição positiva (procedimento comportamental em que se busca reduzir a probabilidade de uma resposta futura a partir da adição de um estímulo aversivo no ambiente) (Skinner, 1953). De acordo com Skinner (1953) esta é uma agência diferenciada porque possui uma de suas principais fontes de reforçamento outra Agência de Controle, a econômica. Além disso, a agência educacional está implicada na promoção de comportamentos que sejam úteis para a sobrevivência da comunidade em questão, ao instalar repertórios que ajudem os governados a lidar com situações novas ou aprender a aprender. Neste contexto, percebemos a educação como um dos principais fatores responsáveis pela manutenção e transmissão das práticas lgbtfóbicas ao ser instrumento de reprodução das práticas oriundas da Agência Governamental e Religiosa para as gerações futuras e para contextos além dos religiosos e governamentais.

Até a Psicoterapia é uma agência controladora envolvida neste processo, pois lida diretamente com os efeitos das práticas culturais lgbtfóbicas. Skinner (1953) define esta agência como a única que pretensamente não se utilizaria de controle aversivo, que segundo ele, já existe em demasia na sociedade. O terapeuta então, é o indivíduo responsável por reforçar comportamentos historicamente punidos em meio social e lidar com os efeitos destas práticas aversivas da cultura por meio de reforçamento positivo (Skinner, 1953). Contrariamente às reflexões propositivas desta agência, a psicoterapia acaba podendo se configurar como mais uma agência controladora produtora de LGBTfobia, o que intensifica

os efeitos da violência. Então, neste espaço, ao invés do acolhimento, em muitos casos há processos de segunda exposição à estimulação aversiva e reforçamento de padrões que não são saudáveis.

Orientados pelo princípio da importância do entendimento dos mecanismos de controle culturais destacado por Skinner (1953). Esta seção apresentou de que forma estes mecanismos funcionam, com a tese principal de que os discursos cisheterocêntricos sustentam práticas lgbtfóbicas, exploramos que tipos de discursos exercem este controle (psicopatologizante, biologizante, religioso, biologizante, alarmista) e anexamos exemplos da lgbtfobia institucional (bullying homofóbico, impedimento da criminalização da homofobia no congresso, polêmica envolvendo CFP e congresso nacional entre outros) que ilustravam estes discursos, bem como as possíveis consequências destes. Além disso, conceitualizamos comportamentalmente como as Agências de Controle envolvidas nos exemplos de lgbtfobia institucional funcionam, a partir de procedimentos como reforçamento e punição.

Efeitos das Práticas Controladoras

A população LGBTQIA+ sofre diversos efeitos das práticas controladoras conservadoras. Efeitos estes que estão relacionados ao acesso a uma vida digna e de qualidade. A literatura analisada destaca que pode ser apresentada como a principal diferença existente entre uma comunidade que se beneficia de um padrão comportamental cisheterocêntrico e pessoas LGBTQIA+ é que a primeira parece ter mais acesso a poder, seja ele político, econômico, educacional e direitos de saúde (de Almeida et., al, 2016; Miskolci & colegas, 2022; Zin et., al, 2022; Silva & Silvia, 2021; Sonetti & Garcia, 2020).

Oliveira e colegas (2022) afirmam que a falta de acesso a direitos básicos faz com que a população LGBTQIA+ fique à margem da sociedade, o que retroalimenta práticas controladoras coercitivas e de exclusão: estas pessoas não conseguem acessar o poder político de maneira consistente pois estão absorvidas por demandas mais emergentes e de sobrevivência que o próprio contexto cisheteronormativo impõe. Este cenário de retroalimentação da desigualdade e imobilidade social parece ser planejado porque quem está no poder adota práticas para se manter lá. De acordo com Oliveira e colegas (2022) estas práticas podem ser tão perversas que vão para além da marginalização e chegam ao extermínio desta da população.

Na política existem alguns cenários de dificuldades. O primeiro deles se refere a possibilidade de acesso direto ao poder público, isto é, a ocupação de espaços na carreira

política por parte da população LGBTQIA+. Embora isto pareça ser a chave para uma representação política mais justa para a comunidade, alguns autores analisados expuseram percalços para que isso aconteça (Garcia & Sanches (2020), Pereira (2020), Pereira (2017), Santos (2016) e Sousa e Mendes (2021)). Como ilustrado por Santos (2016), ao observarmos uma pessoa LGBTQIA+ no poder público, provavelmente não visualizaremos a luta que foi para que ela chegasse até ali. Santos (2016) afirma que homens brancos e cisheterossexuais formam maioria na política, então, parece lógico presumir que pessoas LGBTQIA+, tradicionalmente marginalizadas, possuem barreiras em relação a esse cenário. Além disso, como ainda pontuado pelo autor, muitas vezes há o sentimento de incapacidade técnica pois não foram oferecidos serviços educacionais de qualidade; outras vezes estas pessoas estão envolvidas com demandas que dizem respeito à sua sobrevivência e justamente por estarem num lugar de marginalidade não conseguem tempo para carreira política.

De acordo com Pereira (2020) e Santos (2016), uma consequência da falta de representatividade política da população LGBTQIA+ é a inação estatal, o bloqueio a projetos de diversidade e manipulação de recursos públicos. Para Santos (2016) existem ações institucionais por parte de parlamentares alinhados a contextos religiosos que se enquadram neste processo, como exemplo a pressão exercida nos dois candidatos à presidência da República do Brasil em 2010, que fez com estes se comprometessem publicamente com a recusa a aprovação de projeto de lei que tornaria a homofobia crime e ao reconhecimento do casamento homoafetivo. Para Garcia e Sanches (2020) além destes possíveis efeitos, a negligência política em relação aos direitos dessa população incorre em dados como aquele que classifica o Brasil como um dos países que mais mata LGBTs no mundo.

De acordo com Feitosa (2017) o gerenciamento de recursos governamentais depende do aceite da maioria dos parlamentares. Neste sentido, as demandas LGBTs geralmente ficam para segundo plano ou seu orçamento é dividido com outras pautas dentro do tema da diversidade. Para o autor, este cenário de super-representação branca e cisheterossexual desencoraja a carreira pública LGTQIA+.

Apesar de Santos (2016) alertar para as dificuldades da carreira política LGBTQIA+, o autor ressalta que existem pessoas da comunidade a ocupar estes cargos, embora não com a mesma quantidade de parlamentares cisheterossexuais. Ainda assim, para o autor, muitas destas candidaturas não estão relacionadas diretamente com a causa LGBT e são periféricas, tanto no sentido do cargo público, pois geralmente os cargos mais baixos da hierarquia política são ocupados (vereadores) e as candidaturas se referem a lugares distantes de grandes

centros urbanos. Esse último cenário parece corroborar o fato de que às vezes alguns políticos se esquivam de relacionar seu nome com a causa LGBT por medo de perderem viabilidade eleitoral ou governabilidade já dentro do meio público (Santos, 2016).

Ainda falando sobre os efeitos das práticas controladoras, Almeida e Chaves (2016) apontam sobre o chamado bullying homofóbico no cenário educacional, que é responsável por casos de violência direta (física ou psicológica) em direção a crianças e adolescentes que não estão alinhados a uma lógica cisheteronormativa. De acordo com Garcia e Sanchez (2020), estes casos de violência causam a evasão escolar que no futuro influenciará nas oportunidades de emprego no mercado de trabalho de pessoas LGBTQIA+. Além disso, para Moura e Silva (2023), o corpo docente não está preparado para lidar com esses tipos de situação, pois não são suficientemente qualificados para lidar com a temática da diversidade.

Da mesma forma, apontam Milskolci e colegas (2022) sobre cenário da saúde, os profissionais também não são devidamente capacitados para a realização de acolhimento sensível às questões LGBTQIA+. Para os autores, grande parte destes profissionais ainda resguarda uma visão cisheterocêntrica acerca de pacientes desta população e muitas vezes associam às *Infeções Sexualmente Transmissíveis* com homossexualidade e promiscuidade. Além disso, ao falarem especificamente da população transsexual, os autores afirmam que é recorrente a ausência de retificação do nome social nos sistemas de saúde pública, o que faz com que a pessoa trans precise passar por situações de constrangimento ou de demora no atendimento.

Para Haworth e colegas (2023) e Milskolci e colegas (2022), a Pandemia da Covid-19 agravou ainda mais o cenário de negligência, pois como não havia indicadores sobre os impactos da Covid nesta população, ela ficava ainda mais vulnerável sem políticas públicas específicas que considerassem sua realidade social. Os autores afirmam que em muitos casos pessoas LGBTQIA+ voltaram a morar com a família de origem, entrando em contato com familiares que reproduziam um ambiente de hostilidade. Neste sentido, cenários de crise parecem ser muito ilustrativos sobre os efeitos das práticas de agências de controle ao acirrare as desigualdades sociais e intensificarem os contornos da marginalização social.

O agravamento em saúde não acontece apenas no contexto de direitos sexuais, mas também na saúde mental da população LGBTQIA+. A marginalização e exclusão social colocam esta população em situação de vulnerabilidade. O que pode começar desde o bullying homofóbico até a dificuldades econômicas na vida adulta, com baixo repertório profissional/educacional e baixas possibilidades de inserção em espaços de sociabilidade, além

de poder ser visto e validado como alguém pertencente. Este contexto fomenta o aparecimento de transtornos mentais associados a ansiedade e depressão, uso indiscriminado de psicoativos e tentativas de suicídio (Clements & Rosenwal, 2007; de Almeida & Chaves, 2016; Haworth e colegas, 2023; Sonetti & Garcia, 2020).

Em suma, a literatura analisada demonstra como as práticas controladoras coercitivas exercidas por diferentes contextos (saúde, escola, política) têm efeitos deletérios e que se somam sobre a população LGBTQIA+. Pode-se observar que a falta de acesso aos direitos básicos das pessoas LGBTQIA+ é um dos principais efeitos da LGBTfobia no Brasil e este cenário é intensificado a partir das dificuldades encontradas tanto na representação política quanto ao acesso a uma vida pública por parte de uma pessoa LGBTQIA+.

Manutenção das Práticas Controladoras:

Esta seção procurou explicar como acontecem os mecanismos de manutenção das Agências de Controle envolvidas com a lgbtfobia no Brasil. Destacando os comportamentos e consequências no ambiente de pessoas pertencentes a grupos dominantes e pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+.

Para Koehler (2013), Miguel (2021) e Pompeu e Rohm (2018) a manutenção das práticas controladoras acontece predominantemente por meio de consequências dispostas no contexto educacional, familiar e político. Para Miguel (2021) e Pompeu e Rohm (2018) o padrão comportamental cisheterocêntrico é propagado nas escolas e a conjuntura governamental brasileira não fornece subsídios para o acesso à carreira política dos representantes da comunidade LGBTQIA+ (ver seção três). De acordo com Padilha e colegas (2022) nestes ambientes, os indivíduos transmitem práticas culturais lgbtfóbicas que são propagadas entre gerações.

De acordo com Moura e Silva (2023), um exemplo da lógica de reprodução do sistema cisheterocêntrico foi o lançamento do programa Escola Sem Partido. Este procurava tornar as escolas um ambiente pretensamente neutro e sem espaço para fomento de contextos que evocavam assuntos como o mito da ideologia de gênero. Para os autores, a suposta neutralidade, neste caso acabou configurando-se como uma tentativa de manutenção do *status quo*, de acordo com as ideias que foram apresentadas, ser hétero é o normal e o natural, questões de diversidade devem ser abordadas pela família, apenas se assim o desejarem. Para Moura e Silva (2023) este movimento busca retirar do Estado a responsabilidade social da garantia de direitos das pessoas LGBTQIA+.

De acordo com Pompeu e Rohm (2018), as práticas culturais lgbtfóbicas dentro das escolas são uma reprodução da vida social extraclasse, pelo seu poder de alcance e por lidar com questões de aprendizagem de novas gerações, a escola acaba se tornando uma ferramenta poderosa na manutenção de práticas cisheteronormativas.

Skinner (1953) apontou que era importante observar o efeito geral das práticas controladoras nos controlados para explicar como a retroação reforçadora acontecia e mantinha a existência de uma Agência Controladora. Conclui-se a partir da literatura que o efeito geral no controlado de grupos dominantes é diferente do efeito geral no controlado que é LGBTQIA+. Pessoas de grupos dominantes obedecem e retroalimentam a Agência porque: a) isso aumenta sua possibilidade de acesso a reforçadores e b) podem ter seu comportamento punido caso não ajam de acordo com as contingências dispostas pela Agência de Controle em questão. Pessoas LGBTQIA+ obedecem porque podem ter seu comportamento punido caso não ajam de acordo com a deliberação da Agência de Controle mesmo entrando em contato com os efeitos aversivos da LGBTfobia.

Parece, portanto, haver um cenário de escolhas (para pessoas de grupos dominantes) entre contingências que envolvem a manutenção de contingências que estão relacionadas à sobrevivência versus contingências que resistem a práticas lgbtfóbicas. O cenário de escolha aqui parece se configurar como uma competição desleal. Em suma, para pessoas de grupos dominantes, obedecer às normas cisheteronormativas está muito mais relacionado com acesso a reforçadores, enquanto que pessoas LGBTQIA+ parecem viver um contínuo cenário de esquiva para conseguirem o básico (reforçadores primários), além de vivenciarem um contexto de imobilidade social e estimulação aversiva ao se exporem às contingências de resistência diante de práticas controladoras conservadoras.

As práticas lgbtfóbicas parecem cumprir uma função: permitir acesso ao poder (reforçadores aos grupos dominantes), mas também marginalizar e às vezes até exterminar a população LGBTQIA+. A própria marginalização da população LGBTQIA+ (entendida aqui como um efeito da LGBTfobia) é ambiente para a manutenção das práticas controladoras pois em contexto de marginalização, a possibilidade de respostas contracontroladoras é limitada. As práticas contracontroladoras são definidas por Skinner (1953) como respostas que surgem diante do controle aversivo exercido pelas Agências de Controle. Essas respostas geralmente têm a função ou tentativa de quebra da relação de controle estabelecida entre Agência e seus governados. Em diferentes contextos o cenário de imobilidade social e restrição que a LGBTfobia produz deixa as pessoas LGBTQIA+ em contingências cujas

respostas que possivelmente produziriam consequências reforçadoras (as contracontroladoras) são extremamente custosas.

Skinner (1953) afirmou que era preciso estarmos atentos aos efeitos das práticas controladoras na cultura, e que sob controle destes possíveis efeitos uma prática controladora deveria ser reforçada. Skinner (1948) também versa sobre práticas culturais que não são reforçadas a longo prazo e que podem ser úteis à medida em que influenciam a coesão e sustentabilidade da cultura em questão, (eg.práticas de proteção ao meio ambiente). Em obras diferentes (cf. 1953/1971) o autor disserta sobre a possibilidade do uso da análise do comportamento para maximizar o bem-estar dos membros de determinada cultura.

Em contrapartida ao que é proposto pelo autor, o contexto de lgbtfobia no Brasil se distancia desta reflexão. Num contexto de tanta violência e abusos, como estaríamos promovendo o valor de sobrevivência das culturas? Tomando como contexto a referência que temos hoje, diversidade sexual é variação comportamental e cultural, desta forma, não estaremos mais aptos a sobreviver como cultura se continuarmos reforçando repertórios comportamentais estereotipados (cisheterocentrismo). A variação cultural é importante à medida em que torna a cultura mais preparada para lidar e sobreviver a diferentes cenários ambientais. Refletir sobre isso parece fazer sentido com as reflexões de Skinner (1971) sobre como o uso consciente dos recursos comportamentais de reforçamento nos ajudaria a promover uma sociedade mais justa e ética e sobre o possível uso intencional dos instrumentos de mudança cultural.

Resistência às práticas controladoras e seus efeitos

Segundo Skinner (1953/1964), várias agências de controle mantém o comportamento dos controlados a partir do uso de práticas coercitivas, dispondo consequências de punição e fortalecendo comportamentos por reforçamento negativo. No entanto, o controle por coerção favorece outro tipo de comportamento de esquiva, denominado como contracontrole – a emissão de respostas pela pessoa controlada que buscam diminuir ou evitar o poder coercitivo do controlador. Esta seção irá explorar os comportamentos e práticas culturais encontrados na literatura analisada que destacam comportamentos de resistência e oposição a práticas coercitivas das agências de controle contra a população LGBTQIA+.

As práticas de resistência à LGBTfobia institucionalizada no Brasil acontecem quando pessoas ou grupos de pessoas reagem às práticas controladoras subsidiadas pelo

cisheterocentrismo. Notamos a presença de dois tipos de movimentos da resistência: O primeiro movimento está relacionado a práticas pedagógicas que promovam a ressignificação da leitura social do que é ser LGBTQIA+, ou seja, pela desconstrução de discursos cisheteronormativos. Estas ações podem se dar por meio de oficinas, palestras, ações educativas com servidores públicos, conferências, na universidade ou em projetos de pesquisa e extensão universitários (Moura & Silva, 2023; Reis et., al, 2017; Sousa & Mendes, 2021). Existem também ações que tornam a pessoa LGBTQIA+ mais próxima ao acesso de seus direitos fundamentais, isto é, atuam diretamente na promoção de direitos da população LGBTQIA+ (Almeida et., al, 2016; Moura & Silva, 2023; Pompeu & Rohm, 2018)

Para Pereira (2017/2020) esses dois movimentos são muito recentes quando comparados a história do conservadorismo brasileiro, embora já possuam alguns efeitos significativos na história da luta LGBTQIA+ no Brasil. De acordo com Pereira (2017/2020) e Santos (2016), o movimento Social *LGBT* no Brasil se inicia no final da década de 70, principalmente por questões relacionadas a direitos de saúde e IST'S. Os autores afirmam que com o passar do tempo, o contexto fornecido pela luta em saúde fornece oportunidade também para luta por outros direitos sociais entendidos como determinantes no processo de saúde-doença, como educação, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer e segurança. Para autores como Aragusuku e Lopes (2018), Ferreira e Nascimento (2022) e Pereira (2018) o movimento ganha força e apresenta contribuições expressivas, principalmente no mandato do Governo Lula (2003 a 2011), é a partir deste Governo que começamos a observar maiores intercessões entre o governo e a sociedade civil (movimentos sociais).

As práticas contracontroladoras vão gerar efeitos assim como as práticas lgbtfóbicas geram. Podemos destacar a criação de programas, políticas, materiais educativos sobre questões de diversidade, e a promoção efetiva de direitos além disso, um outro efeito importante das práticas contracontroladoras é a desconstrução do padrão comportamental verbal cisheterocêntrico que é fator de manutenção de uma sociedade lgbtfóbica.

Como observado a partir da literatura analisada, a maior parte dos grupos que estão envolvidos na promoção de ações voltadas à interrupção da LGBTfobia ou promoção da diversidade são organizações não governamentais (grupos ou coletivos) (Ferreira & Nascimento, 2022; Pompeu & Rohm, 2018; Reis et al., 2017). De acordo com Santos (2016) e Milskolci (2022), isto acontece porque o contexto político funciona a partir de uma lógica cisheteronormativa. Também é ressaltado por outros autores como Gama (2019) e Ferreira e Nascimento (2022) sobre o movimento da sociedade civil que pressiona o Governo, e isso

gera alguns efeitos. Desta forma, assim como as agências controladoras produtoras de LGBTfobia potencializam sua ação ao se unirem, as agências ou grupos de pessoas relacionados a luta LGBTQIA + também se associam a fim de potencializar sua ação.

O conceito de ativismo institucional explicitado por Pereira (2020), é um exemplo de forma de intercessão entre poderes políticos dentro do congresso em que assessores de políticos podem influenciar processos decisórios pela demanda da população LGBTQIA+. Alencar (2019) observa também outras intercessões interessantes entre grupos de pessoas envolvidas em lutas pela justiça social e pela democracia e grupos de pessoas pertencentes a igrejas evangélicas. Além do lançamento de políticas e programas específicos para população LGBTQIA+ em seus diversos contextos, existem eventos marcantes que sinalizam o grande alcance que a resistência pode atingir, dentre eles estão: a criminalização da homofobia com a pressão dos movimentos sociais no STF, a legalização do casamento homoafetivo, a despatologização da homossexualidade e o reconhecimento do processo transsexualizador no SUS (Freire, 2012; Teixeira, 2019)

Mesmo diante de contingências aversivas, a luta contra a LGBTfobia tem produzido mudanças no ambiente brasileiro. Podemos concluir que a mudança para um governo com construções discursivas afirmativas intensificou a existência de práticas contracontroladoras porque ampliou a sua visibilidade às pautas das minorias sociais, reformulou políticas públicas de inclusão social e direitos humanos que beneficiaram populações marginalizadas (Aragusuku & Lopes, 2018; Pereira, 2020). Isto foi resultado de associações de práticas culturais emitidas por pessoas da sociedade civil que provavelmente se iniciaram como resposta à inação estatal em relação aos direitos da população LGBTQIA+.

Foi principalmente a partir da modificação governamental, Governo dos Partidos dos Trabalhadores, que comportamentos que operassem no sentido de combate à repressão da diversidade e promoção de direitos começaram a ter ambiente para ser reforçados. A mudança de governo modificou parte das contingências responsáveis por deliberar práticas opressivas e/ou instalou comportamentos e práticas culturais novas em direção à promoção da diversidade. _Esta mudança pode ter fornecido contexto também para a perpetuação e transmissão de práticas afirmativas para ambientes extrainstitucionais. O contracontrole parece propor contexto para a formação de novas dicotomias controlador versus controlado, dada a variedade de contextos e agentes controladores. É importante ressaltar, que a partir do momento que o PT assume o poder temos a mudança na dicotomia controlador versus controlados, neste sentido, o comportamento de contracontrole que é favorecido pelas

contingências dispostas pelo Governo do PT é direcionado a outros grupos controladores conservadores que não mais necessariamente o Governo Federal.

O jogo Institucional: intercessão e tensão entre poderes.

Esta seção oferece um olhar alternativo ao conceito de Agências Controladoras para explicar a manutenção das práticas controladoras conservadoras. Assim, ela explica como movimentos institucionais relacionados a este mesmo contexto da lgbtfobia acontecem. Para exemplificar a dinâmica observada entre poderes, será adotada a ideia do tabuleiro, utilizada por Almeida (2019). Para este autor, o tabuleiro é o cenário que ilustra um contexto de disputa pelo poder (tensão), as peças (peões) representam grupos de pessoas com interesses específicos e que se opõem.

Como estamos falando de um cenário de vários grupos antagônicos e de várias situações que o contexto de lgbtfobia apresenta, é válido pensar que a resultante desta linha de forças em busca pelo poder é a interação de vários *tabuleiros* que se opõem, mas que às vezes se interpenetram (Almeida, 2019). A determinação atual do cenário de LGBTfobia não é um processo simples porque depende de vários atores sociais e de várias micro disputas por poder. Como destacam Aragusuku e Lopes (2018) e González e colegas (2021), vale lembrar que assim como num jogo de tabuleiro esse cenário é dinâmico e variável.

Diante deste cenário dinâmico, o primeiro movimento observado foi o de intercessão entre poderes, nomeado pela autora como qualquer associação social entre duas ou mais pessoas representantes de uma instituição social (agência de controle). Sendo assim, observamos dois tipos de intercessão: as que estavam relacionadas às práticas controladoras, portanto produtoras de lgbtfobia; e as que estavam relacionadas às práticas contracontroladoras. Ainda observamos uniões institucionais improváveis, mas que podem ser motores para mudança do contexto de violência lgbtfóbica. Por fim, o presidencialismo de coalizão (Pereira, 2018) e o ativismo institucional (Pereira, 2020) serão exemplos de dois fenômenos sociais que ilustram o funcionamento da intercessão entre poderes.

As intersecções relacionadas às práticas contracontroladoras caracterizam-se por um grupo de pessoas que emitem respostas institucionais organizadas e em prol dos direitos da população LGBTQIA+. Dentre alguns exemplos, podemos destacar as práticas de conferências, explicitadas por Aragusuku e Lopes (2018) são eventos que reúnem uma gama de atores sociais envolvidos com a causa LGBT. De acordo com estes autores, as conferências são um espaço para diálogo e construção de políticas públicas entre atores

sociais que respondem a diferentes instituições/grupos como: movimentos sociais, servidores públicos, pesquisadores e usuários de serviços públicos.

De acordo com Pereira (2017), a epidemia de HIV também marcou um contexto propenso para o surgimento de coalizões pró-lgbts. Durante o combate ao preconceito contra homossexuais e a partir do entendimento de que os problemas de saúde possuem origens sociais múltiplas, houve a intensificação de organizações que estimulavam a criação e implementação de políticas públicas que garantissem os direitos fundamentais da população LGBTQIA+

Já sobre as intercessões produtoras de LGBTfobia, um dado trazido por Pereira (2017) e historicamente também sabido (como descrito na seção três) sobre a influência da religião em decisões políticas. O autor pontua que o fato de nosso país nunca ter atingido de fato a laicidade do Estado incorre em algumas implicações e caracteriza como se dão internamente as decisões políticas. Na mesma direção, Leal da Silva (2023) afirma que a ausência de uma laicidade efetiva desenha diferentes coalizões entre política e religião e os produtos destas associações muitas vezes ferem os direitos da comunidade LGBTQIA+. Como um exemplo destas associações temos os casos trazidos por Miguel (2021) sobre a Bancada Evangélica, formada por políticos de diferentes partidos, mas com interesses e agendas políticas em comum. Para o autor, muitas coalizões desta natureza se formam a partir de um sistema de valor cisheterocentrico (antifeminismo, homofobia) que se traduzem em agendas políticas.

Apesar do cenário dominante demonstrar que alianças de grupos conservadores e religiosos produzem LGBTfobia, existem algumas alianças improváveis que produzem contracontrole (ações afirmativas) para a comunidade LGBTQIA+. Essas coalizões podem nos ensinar a como lidar com a LGBTfobia de uma forma nova e diferente. Um dos exemplos foi pontuado por Alencar (2019), a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. De acordo com o autor, este é um grupo formado por evangélicos progressistas que se utilizam de uma linguagem religiosa para estabelecer interlocuções entre grupos mais conservadores, movimentos sociais e partidos de esquerda. Para Alencar (2019), o movimento parece se caracterizar pelo reconhecimento de uma identidade evangélica progressista composta por evangélicos que se identificam com valores atrelados à cidadania e justiça social e associam-se em grupos em diferentes contextos em prol deste ideal.

Ainda sobre o movimento de intersecção institucional, podemos pontuar que as reflexões de Pereira (2020) nos trazem um outro olhar para o poder institucional e para como

algumas decisões institucionais se caracterizam. Para o autor, o ativismo institucional é um tipo de controle extra-institucional (variáveis que não compõem o processo decisório político formal mas que ainda sim o afetam). Estes movimentos institucionais dizem respeito ao Estado, às políticas públicas e aos movimentos sociais. Desta forma, o autor afirma que o ativismo institucional acontece quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos que trabalham nos bastidores de processos políticos (sejam assessores, fotógrafos ou secretários de parlamentares) influenciam um processo de tomada de decisão sob controle de grupos extra-institucionais (neste caso, movimentos sociais dos quais eles fazem parte).

A outra intersecção institucional aqui destacada faz referência ao presidencialismo de coalizão, definidos por Pereira (2018) como associações institucionais realizadas dentro do congresso que garantem governabilidade à presidência em questão. De acordo com o autor, há uma representatividade difusa e heterogênea no congresso nacional. A manutenção da governabilidade e da democracia dependem então de um conjunto de alianças formadas no meio político intra-institucionalmente. As frentes parlamentares podem ilustrar como isso funciona: elas tendem a se dividir em grandes redes de frentes que se opõem ideologicamente umas em relação às outras. As redes e polos de forças se formam a partir de interesses e ideologias políticas mais ou menos similares.

Para Pereira (2018), este cenário imprime certa limitação acerca das preferências políticas do presidente em questão, pois ele só poderá deliberar algumas decisões se seguir o *esquema* de grandes coalizões e assim obter maioria no congresso nacional. O autor pontua que o que acrescenta ainda mais complexidade a este jogo político é o fato das coalizões não serem formadas apenas por partidos políticos, mas por diferentes grupos de pessoas associadas ao contexto político. Apesar disto, mesmo quando o partido da presidência da república possui grandes coalizões, sempre existirá a oposição que garante o caráter fluido do fluxo do poder político (Pereira, 2018).

O equilíbrio ou desequilíbrio entre o jogo de forças institucionais depende de uma polarização entre poderes. Como visto até aqui, podemos observar nos exemplos associações entre forças, mas estas forças só se associam porque existe uma disputa. Sendo assim, a disputa de poder também apresentará movimentos que podemos denominar de tensões entre poderes. Estes movimentos foram observados em diferentes recortes políticos brasileiros e geralmente protagonizados por atores sociais relacionados aos interesses do movimento LGBT e atores sociais relacionados aos interesses religiosos.

O Brasil é um país cuja tensão ou disputa por poder são históricos. *Já nascemos no berço da contradição e assimetria*. O caráter fluido e dinâmico das relações de poder então é uma constante. Muitos momentos históricos poderiam ser escolhidos, mas na tentativa de exprimir como as assimetrias de poder produzem LGBTfobia, utilizaremos um contexto histórico específico: a resposta conservadora em reação ao ganho de direitos da população LGBTQIA+ nos anos de 2003 a 2016.

De acordo com Sousa e Mendes (2021) há uma década e meia, questões básicas sobre o conceito de família não eram questionadas e não havia uma sistematização e implementação mais intensa em relação às políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+. Entretanto, para os autores, a partir do momento que este movimento social se acelera, grande parte num contexto do governo do Partido dos Trabalhadores, há uma reação conservadora. A reação conservadora neste contexto é importante para ilustrar um dos principais entraves em direção ao ganho pleno de direitos desta população.

A resposta cultural e institucional conservadora representa o fundamento de uma visão de mundo que fica sob controle da tradição. A resposta conservadora ao ganho de direitos da população LGBTQIA+ é uma *requisição* sobre quem merece o poder e o status quo.

É interessante recapitular a dicotomia anteriormente ressaltada (*ver seção dois*) entre conservadores e progressistas. Como ressaltado por Gahyva (2017), enquanto aqueles preferem manter o mundo e suas desigualdades da forma que estão, pois para eles isto é natural, estes lançam mão do conceito de transformação e mobilidade social. Diante de tudo isso é interessante percebemos que aqui não estamos apenas falando de conceitos abstratos. Uma visão de mundo descreve fortemente ações no mundo, a disputa não é apenas por ideias, mas quando se concebe que existe apenas uma família a ser respeitada, uma orientação sexual normalizada, estamos também falando de quem merece ter acesso ao poder.

Podemos perceber que a interpretação do jogo de tabuleiro que ilustra o contexto lgbtfóbico e a luta pela diversidade requer ferramentas de análise que levem em consideração o caráter dinâmico, a multiplicidade de atores, os diferentes contextos e as diferentes formas de se obter poder institucionalmente. As reflexões de Skinner (1953) nos ajudam a entender a dinâmica de poder dentro de cada microdisputas nestes tabuleiros, embora as construções teóricas do autor sejam insuficientes para promover o entendimento do jogo institucional que propõe a relação entre diferentes Agências e as explicações de como o poder institucional é formulado.

O terceiro nível de seleção do comportamento é composto pelo processo de seleção de práticas culturais que ajudam os indivíduos de uma cultura a resolver os seus problemas. A ideia principal aqui é que o funcionamento de pessoas em grupo pode também ser lido pelo paradigma da seleção pelas consequências, sem precisar de outros tipos de conceitos ou explicações para a compreensão dos fenômenos sociais. A seleção de práticas culturais, neste sentido, não é reduzida à soma da seleção de comportamentos operantes, mas a um processo de seleção que está ocorrendo em outro nível (Skinner, 1953/1965)

Neste sentido, para um entendimento mais completo das Agências de Controle na vida em sociedade devemos não apenas nos concentrar em como os procedimentos de controle funcionam, quem é a Agência de Controle, quem é o governado. É importante entender como estes procedimentos foram selecionados pela cultura, porque estes agentes controladores estão no poder e não outros (Skinner, 1948/1971). O que determina o efeito geral no governado vai para além de uma dicotomia controlador versus controlado, mas envolve processos complexos de seleção cultural entre diversas práticas controladoras.

Para Skinner (1953), todas as agências de poder têm por último o mesmo fim, estabelecer comportamento obediente. Neste sentido, práticas culturais promotoras de um comportamento obediente nos governados faz com que os controladores continuem no poder e reforça aquele conjunto de comportamentos.

Souza (2018) fornece uma interpretação acerca das Agências de Controle que considera o seu caráter de prática cultural. Este material então, ultrapassa as concepções formuladas por Skinner (1953), sobre o que são e como funcionam as agências controladoras e passa a focar em como as práticas controladoras (culturais) são construídas, mantidas e transmitidas. É interessante pensar as agências nesta perspectiva pois para além de entendermos do efeito geral (operante) no controlado, entendemos os esquemas internos de controle dos bastidores (controladores). Com o entendimento destes outros mecanismos, questionamentos do tipo: por que esta prática controladora ainda se mantém se não faz mais sentido para aquela cultura, e o sentido aqui é tomado como o atribuído por Skinner (1948/1971), valor de sobrevivência das culturas. O que controla o comportamento do controlador? Qual o critério de seleção para quem será o controlador? As agências de controle são práticas culturais *per si* e determinam também a seleção de outras práticas culturais subsequentes? (Souza, 2018). Para Souza (2018) grande parte das práticas culturais produzidas pelas Agências Controladoras reforçam o comportamento de quem as produz (os

agentes controladores) e isso pode provocar um cenário de assimetria de poder entre as pessoas.

A noção de continuidade com a tradição e o *ethos familista* brasileiro nos remetem a processos de transmissão de práticas culturais e também nos dizem o quanto desse padrão comportamental foi e é funcional até hoje. A partir do momento que o ambiente começa a variar, outras práticas culturais começam a ser selecionadas e isto instala um cenário de privação (estado de ausência ou escassez de um reforçador que sua vez aumenta seu poder de controle sob o comportamento¹⁶) em relação aos grupos dominantes. Quando o Partido dos Trabalhadores assume a presidência e começa o fomento de projetos sociais envolvendo minorias que não tinham acesso a alguns tipos de recursos. Assim, além de grupos conservadores perderem parte do acesso ao exercício de poder, também perdem recursos públicos relacionados. Como resposta a este contexto, as pessoas de grupos conservadores começam a variar seu comportamento de forma a fortalecer consequências ambientais que outrora não foram negadas. A resposta destas pessoas também pode ser entendida como um movimento de contracontrole dos governados que faziam parte dos grupos historicamente dominantes. O alcance da prática responsiva a um contexto de diversidade ganha proporções maiores à medida em que essa variação é feita em contextos institucionais, atuando no terceiro nível de seleção do comportamento.

É curioso, porque apesar de Skinner (1953) ressaltar que é importante nos dedicarmos sobretudo no entendimento dos procedimentos de controle para entender os comportamentos em contextos de Agências Controladoras, ele também destaca a importância do entendimento de fenômenos em grupo e suas especificidades, apesar de interpretar os fenômenos sociais por uma perspectiva de comportamento operante (individual). Isso parece incompleto no momento em que concebemos as Agências Controladoras como produtoras e elas mesmas práticas culturais. Os procedimentos de controle, seus efeitos e sua transmissão são realizados pelas Agências Controladoras em escala cultural e a interpretação destes processos, ajuda a elaborar uma interpretação comportamental com maior probabilidade de alcance e mudança social.

Skinner (1953) já alertava para os perigos do controle via instituições e seus possíveis efeitos na sociedade, sendo um deles a desigualdade social. Este cenário responde porque uma prática cultural perdura ainda que cause danos à sociedade da qual é correspondente. Os efeitos e consequências das práticas culturais emitidas por determinados agentes

¹⁶ Moreira, M. B., & de Medeiros, C. A. (2018). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Artmed.

controladores estão sob controle destes mesmos agentes e não necessariamente de um bem-estar social. Neste sentido, as práticas coerentes com o ambiente já instalado são encorajadas, enquanto práticas culturais que de certa forma “competem” com as práticas culturais mantenedoras de um status quo são descartadas. Para Skinner (1953):

Entretanto, pode-se constatar que existem práticas, algumas delas típicas das agências controladoras, que enfraquecem a cultura, ao diminuir a saúde e educação da população e as possibilidades de extração e consumo de recursos de maneira ecologicamente responsáveis. (p. 60-61)

Deste modo, como ressaltado por Skinner (1987), as Agências controladoras podem determinar a força ou fraqueza de dada cultura, em muitos casos e especialmente no deste trabalho, as contingências de seleção das práticas culturais estão muitas vezes em conflito com o futuro adaptativo e sustentável para a sociedade brasileira.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi discutir os impactos do conservadorismo na produção de Lgbtfobia em contexto brasileiro a partir do conceito de Agências de Controle. Para isto, caracterizamos os agentes sociais que fazem parte deste contexto. Lançamos mão da caracterização de uma filosofia conservadora e do conceito de cisheterocentrismo para explicar as origens de um padrão comportamental produtor de lgbtfobia e com o exame destes dados percebemos que as instituições sociais utilizam a linguagem e a produção de discursos como procedimento de controle social. Estas práticas controladoras se perpetuam pela especificidade de discursos cisheterocêntricos (que muitas vezes podem ser respostas verbais que promovem ambiente para a produção de mais lgbtfobia) e pelo acesso a reforçadores promovido a pessoas de grupos dominantes. Como estamos falando de instituições sociais, responsáveis por controlar o comportamento de muitas pessoas, estes procedimentos de controle acontecem em formato de práticas culturais. O contexto de produção lgbtfóbica também é marcado pela tensão entre poderes de uma classe dominante (quem está no poder) e de quem renuncia o lugar de marginalização proposto pela LGBtfobia. Neste sentido, entender o contexto macroestrutural no qual a lgbtfobia institucional acontece fornece subsídios para o entendimento de como as regras do jogo funcionam, o que proporciona amplitude de ações interventivas e afirmativas de uma ciência embasada pela ética e pelos direitos humanos.

A pergunta de pesquisa deste trabalho procurou entender como as Agências de Controle produzem lgbtfobia e quais são os efeitos destas práticas na construção e manutenção deste fenômeno. Para entender como, nos debruçamos nos procedimentos de controle e nas práticas controladoras observadas em contexto lgbtfóbico. O que observamos é que as Agências Controladoras têm como procedimento de controle a criação de discursos e justificativas sociais (construção da lgbtfobia) que acontecem por meio da seleção de respostas cisheterocêntricas para subsidiar respostas lgbtfóbicas outras (manutenção) e os tipos de influências puderam ser vistos nas seções em que descrevemos os efeitos da lgbtfobia institucional na vida da população LGBTQIA+ : contexto de violência. Skinner (1953) afirma que para entendermos das influências das Agências Controladoras na vida das pessoas é preciso saber sobre os agentes controladores da agência, a origem do poder destes agentes e sua influência na retroalimentação das práticas, além dos efeitos do controle no controlado e esses aspectos apontados pelo autor foram descritos em forma de seções nesta dissertação.

Este trabalho contribui para área da Análise do Comportamento à medida em que busca aproximar o analista do comportamento de temas ainda pouco tratados na área, como a lgbtfobia no Brasil. Além disso, pode funcionar como base de apoio para próximas aproximações feitas entre Comportamentalismo Radical e questões de diversidade sexual, fazendo uma reflexão comportamental mais aproximada do conteúdo e com dados fornecidos por quem tem experiência de estudar a área: os cientistas das ciências humanas. Também pode ser material teórico de consulta para proposições interventivas num cenário de lgbtfobia institucional. Numa espécie de mescla entre a tradição das ciências humanas e o rigor das interpretações funcionalistas. A sessão denominada “*Resistência às Práticas Controladoras*” nos dá dicas de onde podemos começar e do que já deu certo diante de um cenário de opressão e violência e com isso este trabalho pretende ainda ser uma forma de dizer que é um direito de todos existir e amar.

Como visto na última seção, a determinação da lgbtfobia institucional apesar de poder ser explicada apenas pelas Agências Controladoras, ganha alcance no terceiro nível de seleção e isto pode ser mais explorado em próximos trabalhos. Questões do tipo: “Como as práticas controladoras são selecionadas? O que determina o sucesso de um grupo de Agentes Controladores em relação a outros? Como mudar quem tem acesso ao poder?” “ Como é determinado o jogo de poder? “ são questões possíveis.

Parece que para mudar o cenário das ações dadas a nível institucional, precisamos mudar algumas construções discursivas acerca de gênero, sexualidade e família pois, fundamentalmente, é isto que alimenta o desequilíbrio de poder na sociedade brasileira há muito tempo. A linguagem constrói a realidade social.

Referências

- Almeida, R. D. (2019). Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), 185-213.
<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2019). Uma análise histórica da resolução n.º 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e228652. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Baires, N. A., & Koch, D. S. (2019). The future is female (and behavior analysis): a behavioral account of sexism and how behavior analysis is simultaneously part of the problem and solution. *Behav Anal Pract*, 13(1), 253-262.
<https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x>
- Barbosa Jr, R., & Casarões, G. (2022). Statecraft under God: Radical right populism meets Christian nationalism in Bolsonaro's Brazil. *Millennium*, 50(3), 669-699. <https://doi.org/10.1007/s40617-019-00394-x>
- Batista, A. P., Toni, C. D., & Sabbag, G. M. (2014). Como compreender e intervir questões específicas do desenvolvimento infantil: birra, treino de toalete e sexualidade. Em Vich, C. et al., (Orgs.), *Comportamento em foco* 3. Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC)
- Borrilo, D. (2000). *L'homophobie*. Presses Universitaires de France.
- Brasil. (2001). *Projeto de Lei nº 5003/2001, de 9 de agosto de 2001*. Senado Federal.
- Brasil (2017). *Projeto de Lei nº 515/2017, de 19 de dezembro de 2017*. Senado Federal.

- Brasil. (2014). *Projeto de Lei nº7582/2014, de 20 de maio de 2014*. Câmara dos Deputados.
- Buzolin, L. G. (2022). Pluralismo político: o Poder Judiciário e os direitos LGBT. *Revista Direito GV*, 18(1), e2206. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202206>
- Carranza, B., & Vital Da Cunha, C. (2018). Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus. *Social Compass*, 65(4), 486-502. <https://doi.org/10.1177/0037768618792810>
- Carrara, K., Bonani, V., Oliveira, D. R., Pinheiro, O. N., Antonio, L. L., & Lopes, F. R. (2013). Desenvolvimento de guia e fluxograma como suporte para delineamentos culturais. *Acta Comportamentalia*, 21(1), 99–119. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452013000100007&nrm=iso
- Carvalho, M. R., Silveira, J. M., & Dittrich, A. (2011) Tratamento dado ao tema “homossexualidade” em artigos do Journal of Applied Behavior Analysis: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7(2), 72-81. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Clements, J. A., & Rosenwald, M. (2007). Foster parents' perspectives on LGB youth in the child welfare system. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, 19(1), 57-69. https://doi.org/10.1300/J041v19n01_04
- Codato, A., Bolognesi, B., & Roeder, K. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. Em S. Cruz, A. Kaysel, & G. Cotas (Orgs.), *Direita volver: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro* (pp. 9-44). Fundação Perseu Abramo.

- Conine, D. E., Campau, S. C., & Petronelli, A. K. (2022). LGBTQ+ conversion therapy and Applied behavior analysis: a call to action. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 55 (1), 6-18. <https://doi.org/10.1002/jaba.876>
- Costa, A. B. (2015). *Feminismo e conservadorismo: A reação conservadora à igualdade de gênero* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB.
- Couto, A. (2019). O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental. Em Mizael, T., & Pinheiro, R. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp.143-176). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 8(2), 147-158. <https://doi.org/10.18761/PAC.2016.047>
- Cowan, B. (2014). 'Nosso terreno': crise moral, política evangélica e a formação da 'nova direita' brasileira. *Varia História*, 30(52).
- Cravo, F. A. M., Almeida-Verdu, A. C. M., & Costa-Junior, F. M. (2022). Revisão de literatura da produção analítico-comportamental nacional sobre gênero e sexualidade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 247-265.
- Da Costa, A. M. M. (2007). A discriminação por orientação sexual no trabalho: Aspectos legais. Em F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 91–103). Porto Alegre: Nuances.
- de Alencar, M. P., dos Santos, N. C. G., & de Melo, M. Â. S. (2018). Assédio Moral de LGBT no âmbito Organizacional. *ID on line. Revista de psicologia*, 12(40), 413-442.

- de Almeida, H. R. A., Maia, L. M., & Chaves, H. V. (2016). Homofobia na Escola: algumas posições assumidas por instituições de Psicologia no Brasil. *Revista Psicologia Política*, 16(35), 71-85.
- de Almeida, R. (2019). Bolsonaro presidente: A emergência do conservadorismo moral no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 38(1), 185–206.
<https://doi.org/10.25091/S01013300201900010010>
- DeFelice K. A., & Diller, J. W. (2019). Intersectional Feminism and Behavior Analysis. *Behav Anal Pract* 12(4), 831-838.
<https://dx.doi.org/10.1007%2Fs40617-019-00341-w>
- de Menezes, M. S., de Oliveira, A. C., & Nascimento, A. P. L. (2018). LGBT e mercado de trabalho: Uma trajetória de preconceitos e discriminações. Em *E-book Conquer* (pp. 419–430). Campina Grande: Realize Editora.
<https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/40228>
- de Tilio, R., & Gomes Silveira, F. (2021). Integrantes de movimentos LGBTQ+ e enfrentamento da LGBTQfobia. *Revista Sociais E Humanas*, 34(1).
<https://doi.org/10.5902/2317175834922>
- dos Santos, P. R. (2011). Tensões e desafios: LGBTQs e o poder público?. *Revista de Psicologia da UNESP*, 9(2), 147-164.
- Eco, U. (2001). *Interpretação e superinterpretação* (M. Stahel, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1992.)
- Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2015). Uma análise da homofobia sob a perspectiva da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 23(3), 535-545.
<http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.3-02>

- Fazzano, L. H., Toledo, B. F., & Gallo, A. E. (2022). Uma interpretação comportamental sobre a LGBTfobia reproduzida no contexto psicoterapêutico. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 183-196.
- Feitosa, C. (2017). Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil. Curitiba: Appris.
- Fernandes, D. M. (2020). Cultura, economia, educação, governo e política: um estudo de caso em Psicologia Social. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Unesp.
- Fernandes, S. (2019). *Sintomas mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Ferreira, B. D. O., & Nascimento, M. (2022). A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 3825-3834.
- Ferreira, G. G. (2016). Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, 20(36), 166-178.
- Freire, L., & Cardinali, D. (2012). O ódio atrás das grades: Da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Sexualidad, Salud Y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (12), 37–63. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000600003>
- Gahyva, H. (2017). Notas sobre o conservadorismo: Elementos para a definição de um conceito. *Política & Sociedade*, 16(35), 299-320.
- Gama, M. C. B. da ..(2019). Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, (31). <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.31.02.a>

- Garcia, C. C., Silva, F. M. D., & Sanchez, M. H. (2020). Capitalismo e razão neoliberal: Ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 138, 321-341. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.215>
- González, R. S., Baquero, M., & Grohmann, L. G. M. (2021). Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, 15(2), 9–44. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110792>
- Haworth, B. T., Barros Cassal, L. C., & de Paula Muniz, T. (2023). 'No-one knows how to care for LGBT community like LGBT do': LGBTQIA+ experiences of COVID-19 in the United Kingdom and Brazil. *Disasters*, 47(3), 584–607. <https://doi.org/10.1111/disa.12565>
- Holanda, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil* (26ª ed.). Companhia das Letras.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163–174. <https://dx.doi.org/10.1901%2Fjaba.1978.11-163>
- Houmanfar, R. A., Ardila, J. G., & Alavosius, M. P. (2020). Role of Cultural Milieu in Cultural Change: Mediating Factor in Points of Contact. Em T. M. Cihon & M. A. Mattaini (Orgs.), *Behavior Science Perspectives on Culture and Community* (pp. 151–170). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/9783030454210_7
- Huntington, S. P. (1957). Conservatism as an Ideology. *American political science review*, 51(2), 454-473. <https://doi.org/10.2307/1952202>

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Orgs.). (2019). *Atlas da violência*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Kitzinger, C. (2005). Heteronormativity in action: Reproducing the heterosexual nuclear family in after-hours medical calls. *Social problems*, 52(4), 477-498.
- Koehler, S. M F. (2013). Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. *Interacções*, 9(26), 129–151. <https://doi.org/10.25755/int.3361>
- Kováts, E., & Põim, M. (Orgs.). (2015). *Gender as symbolic glue: The position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilization in Europe*. Foundation for European Progressive Studies.
- Laloni, D. T. (1997). Exacerbação sexual. In Zamingnani, D. R., (Org). *Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos* (Vol.3). ARBytes.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. *Pesquisa teórica em psicologia: Aspectos filosóficos e metodológicos*, (pp. 41-69).
- Lauro, M. M. (2016). Pesquisa Teórica em Psicologia: Aspectos Filosóficos e Metodológicos. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 103-104.
- Leite, V. (2019). “Em defesa das crianças e da família “: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 119-142.

- Lima, I. G. D., Golbspan, R. B., & Santos, G. S. D. (2022). Mapeando o conservadorismo na política educacional brasileira. *Educar em Revista*, 38, e85338.
- Lionço, T., Alves, A. C. de O., Mattiello, F., & Freire, A. M. (2018). Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 599-621.
- Machado, M. D. C. (2017). Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*, 23(47), 351-380.
- Mariano, R., & Gerardi, D. A. (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP*, (120), 61-76. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p61-76>
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política* (Vol. 1). Editora Boitempo.
- Mattaini, M. A. (2020). Cultural systems analysis: An emerging science. *Behavior science perspectives on culture and community*, (pp. 43-65).
- Mello, W. da S. (2022). Deus, Família, Punitivismo e Neoliberalismo. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, 53(1), 421-432.
- Melo, I. R., Amorim, T. H., Garcia, R. B., Polejack, L., & Seidl, E. M. F. (2020). O direito à saúde da população LGBT: desafios contemporâneos no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Psicologia e Saúde*, 63-78.
- Menezes, A. B. (2005). Questões culturais na determinação do comportamento humano. Em H. J. Guilhardi & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (Vol. 15). ESETec.
- Messenger, D. (2017). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Sociedade e Estado*, 32(3), 621-648. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>

- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos Pagu*, e216216
- Ministério da Saúde, & Ministério da Previdência e Assistências Social. (1986). 8ª *Conferência Nacional de Saúde: Relatório final*. Autor. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf
- Ministério da Saúde. (1999). *Política Nacional de DST/AIDS: Princípios e diretrizes*. Autor.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero “: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32, 725-748.
- Miskolci, R., Signorelli, M. C., Canavese, D., Teixeira, F. D. B., Polidoro, M., Moretti-Pires, R. O., ... & Pereira, P. P. G. (2022). Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 3815-3824.
- Mizael, T. (2019). Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento. Em T. Mizael, & R. Pinheiro (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações.
- Morais, A. O. de, Melo, C. M. de, & Souza, S. R. (2017). Uma análise da ética esportiva a partir do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental*
- Motta, J. I. J. (2016). Sexualities and public policies: a queer approach for times of democratic crisis. *Saúde em Debate*, 40, 73-86.
- Moura, C. H. G., & Silva, P. F. D. (2023). Escola sem partido e conservadorismo moral: instrumentalização da religião, sexualidade e gênero. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e250951.

- Mussi, S. V., Malerbi, F. E. K. (2020). Revisão de estudos que empregaram intervenções afirmativas para pessoas LGBTQI+ sob uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1438>
- Natividade, M. (2020). Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 343-372.
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In Mizael, T., & Pinheiro, R. (Orgs.), *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. Fortaleza: Imagine Publicações.
- Padilha, F. M. G., Fazzano, L. H., & Gallo, A. E. (2022). Relação entre cultura e religião na emissão de comportamentos LGBTfóbicos por psicólogos (os) clínicos (os). *Perspectivas em análise do comportamento*, 13(1), 129-141.
- Pereira, M. M. (2017). Da saúde pública à homofobia: Spillover e as transformações nas reivindicações do movimento LGBT em interações com o Estado. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 141-165.
- Pereira, M. M. (2018a). *Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- Pereira, M. M. (2018b). Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (105), 217-252. <https://doi.org/10.1590/0102-217252/105>

- Pereira, M. M. (2020a). Ativismo institucional no Poder Legislativo: confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (31), 301-338. <https://doi.org/10.1590/0103-335220203108>
- Pereira, M. M. (2020b). Trazendo os governos de volta: a chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014). *Sociologias*, 22, 228-263
- Pocahy, F. (2007). Um mundo de injúrias e outras violações: Reflexões sobre a violência heterossexista e homofóbica a partir da experiência do CRDH–Rompa o Silêncio. Em F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 10–26). Nuances.
- Pompeu, S. L. E., & Rohm, R. H. D. (2018). Administração do terceiro setor: Desafios enfrentados na gestão de ONG LGBT. *Revista de Ciências Humanas*, 52, 1-23.
- Pordeus, M. P., & de Abreu Viana, R. (2021). Feminismo, Desigualdade de Gênero e LGBTfobia:: a interseccionalidade das minorias no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, 11(26), 113-131.
- Quadros, M. P. D. R., & Madeira, R. M. (2018). Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *Opinião Pública*, 24, 486-522.
- Quintão, G. F. (2017). A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. *Estudos de Sociologia*, 22(42).
- Reis, R. A., Dias, J., & Benitez, G. (2017). A experiência do projeto de extensão UNA-SE contra a LGBTfobia: Ações a favor de uma cultura do respeito à

- diversidade sexual e de gênero no ambiente universitário (Dossiê Gênero e violência na população LGBTTTQIA no Brasil). *e-hum*, 9(2), 74-82.
- Rios, R. R. (2007). O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. Em F. Pocahy (Org.), *Rompendo o silêncio: Homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea* (pp. 27–48). Nuances.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 161-179.
- Ruiz, M. R. (1998), Personal Agency in Feminist Theory: Evicting the Illusive Dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192.
<https://doi.org/10.1007/bf03391962>
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16.
<http://dx.doi.org/10.1037/h0100005>
- Sant'Ana, V. L. P. (2003). Identidade sexual e identidade de gênero. *Sobre Comportamento e Cognição: Clínica Pesquisa e Aplicação*, 12.
- Sant'Ana, V. L. P., Souza, F. H. S., Melo, C. M. (2019). Uma discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual no comportamentalismo radical. Em A. T. Bolsoni-Silva, et al., (Orgs.). *Comportamento em foco 9: análises teóricas, educação e questões sociais*. (pp. 136-152)
- Santos, G. G. D. C. (2016). Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 147-186.
- Scala, J. (2010). *La ideología de género: O el género como herramienta de poder* (pp. 6–8). Ediciones Logos.

- Sena, J. (2020). Corpos dissidentes, saúde sexual e microbiopolíticas de resistência na Amazônia atlântica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 59(3), 1710-1734.
- Serafim, M. P., & Dias, R. de B. (2012). Análise de política: uma revisão da literatura. *Cadernos Gestão Social*, 3(1), 121-134.
- Silva, A. I., Isidro-Marinho, G., & Mousinho, L. (2007). Terapia sexual sob a perspectiva analítico-comportamental. Em Starling, R. (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Temas aplicados* (Vol. 19) ESETec.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2017). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “a mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211. <https://doi.org/10.18761/pac.2016.00>
- Silva, M. P. D., & Silva, L. S. D. (2021). Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 44, 137-155.
- Silva, R. A. T. L. D. (2023). Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 244-262.
- Skinner, B. F. (1953/2003) *Ciência e comportamento humano*. Martins Fontes
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1974/2006). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1978). *Reflections on behaviorism and Society*. Pritice-Hall
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon further reflections* (pp. 1–14). Prentice Hall.
- Skinner, B. F. (1991). *Questões recentes em análise do comportamento*. Papirus.

- Sonetti, S. L., & Garcia, M. R. V. (2020). Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. *Revista Práxis*, 10(1), 149-164.
- Sousa, C. A. A. D., & Mendes, D. C. (2021). Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE. BR*, 19(spe), 642-655.
- Sousa Júnior, C. A. A., & Mendes, D. C. (2021). Políticas públicas para a população LGBT: Uma revisão de estudos sobre o tema. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(spe), 642-655. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200116>
- Souza, F. H. S. (2018). *Uma análise conceitual das agências controladoras e sua relação com a sobrevivência das culturas* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Souza, R. D. C. D., & Silva, J. E. D. (2022). Conservadorismos, fundamentalismo protestante e democracia no Brasil: uma compreensão em chave pós-estruturalista. *Religião e Sociedade*, 42(1), 37-60.
- Szabo T. G. (2020). Equity and Diversity in Behavior Analysis: Lessons From Skinner (1945). *Behavior analysis in practice*, 13(2), 375–386. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00414-1>
- Teixeira, R. D. S. (2019). *Criminalização da LGBTfobia: Uma análise comportamental de projetos de lei* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. UNESP.
- Vasconcelos Neto, A. de B. (2007). *Uma discussão dos usos do termo eventos privados na análise do comportamento à luz de proposições do pragmatismo* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará.

- Vasconcelos Neto, A. de B. (2024). Pesquisas interpretativas. In *Pesquisas Teóricas Em Análise Do Comportamento*. Editora Instituto Par.
- Vergara, S. C., & Ferreira, V. C. P. (2005). A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 39(5).
- Walendorf, J. K., Almeida, T., & Lourenço, M. L. (2014). O enfoque da análise experimental do comportamento a serviço da educação sexual: histórico e agenda. Em Vich, C. et al., (Orgs.), *Comportamento em foco 3*. ABPMC: São Paulo.
- Worthen, M. G. (2016). Hetero-cis–normativity and the gendering of transphobia. *International Journal of Transgenderism*, 17(1), 31-57.
- Zin, G. de O., Gama, V. D., & Reis, M. de J. D. dos. (2022). Self e transgeneridade: contingências sociais e controle aversivo na identidade e vivências de transgêneros binários. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 007–024. <https://doi.org/10.18761/DH000167.set21>